

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Março/2022



Banrisul

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	29
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	31
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	32
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	34
NOTAS EXPLICATIVAS	35
NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS	35
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS	35
NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	37
NOTA 04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	49
NOTA 05 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS	51
NOTA 06 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS	71
NOTA 07 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	72
NOTA 08 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	73
NOTA 09 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	73
NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	73
NOTA 11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	74
NOTA 12 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	76
NOTA 13 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	76
NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	77
NOTA 15 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	78
NOTA 16 - OUTROS ATIVOS	78
NOTA 17 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS	78
NOTA 18 - IMOBILIZADO DE USO	79
NOTA 19 - INTANGÍVEL	80
NOTA 20 - PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	80
NOTA 21 - PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	81
NOTA 22 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	81
NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	83
NOTA 24 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS	83
NOTA 25 - OUTROS PASSIVOS	84
NOTA 26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85
NOTA 27 - RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES	86
NOTA 28 - GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO	87
NOTA 29 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS	87
NOTA 30 - DESPESAS DE PESSOAL	87
NOTA 31 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	87
NOTA 32 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	88
NOTA 33 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	88
NOTA 34 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	88
NOTA 35 - LUCRO POR AÇÃO	89
NOTA 36 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	89
NOTA 37 - COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	100
NOTA 38 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	100
NOTA 39 - OUTRAS INFORMAÇÕES	103

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banco”), referentes ao período findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, emitida pelo IASB.

Porto Alegre, 09 de maio de 2022.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. relativas ao primeiro trimestre de 2022, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional - CMN.

CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 2022, que tudo indicava poderia ser marcado pela diluição de riscos relacionados à pandemia e pela aproximação do início do aperto monetário nos Estados Unidos (EUA), acabou dominado pelo tema do conflito armado entre Rússia e Ucrânia e seus reflexos econômicos e geopolíticos. Ainda que seja cedo para uma análise definitiva, parece razoável pressupor que a guerra no leste da Europa deverá elevar a pressão nos indicadores de inflação, limitar o ímpeto da recuperação da atividade econômica global e, ainda, ampliar os riscos sistêmicos no mercado financeiro internacional.

No Brasil, os dados sobre a variação do PIB no último trimestre de 2021 mostraram expansão de 1,6% na comparação com o mesmo trimestre de 2020. Já a comparação dessazonalizada com o trimestre imediatamente anterior apontou alta de 0,5%. Dessa forma, o PIB encerrou o ano passado com crescimento de 4,6%, impulsionado pelos setores de serviços e pela indústria, em contraposição à breve queda do setor agropecuário. No que se refere à inflação, o IPCA, índice de referência do sistema de metas para a inflação, acumulou variação de 11,3% em 12 meses até março de 2022, acelerando em relação à alta de 10,06% observada no encerramento de 2021. Diante da persistência do processo inflacionário, de expectativas de mercado ainda desancoradas e de novos choques de oferta, a autoridade monetária manteve o curso de ajuste da taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, que, em março alcançou 11,75% ao ano.



Agropecuária impulsionou a economia gaúcha, que superou o desempenho nacional com inadimplência média inferior à nacional em 2021

O saldo de crédito no Brasil, em 12 meses até fevereiro de 2022, apresentou crescimento de 16,6%, com destaque para o segmento de pessoa física, que marcou expansão de 21,4%. O índice de inadimplência foi de 2,3%, inferior aos patamares pré-pandemia. No Rio Grande do Sul, o ritmo foi mais intenso, com crescimento do saldo total de crédito de 18,0% no mesmo período e inadimplência média de 1,77%, conforme dados regionais de crédito do Banco Central do Brasil - Bacen. A economia gaúcha, vale notar, superou o desempenho nacional em 2021, impulsionada pela agropecuária e pela indústria.



PIB Brasil
+4,6%
(em 2021, no
acumulado em 4
trimestres)



IPCA
+11,3%
(em 12 meses
até março/2022)

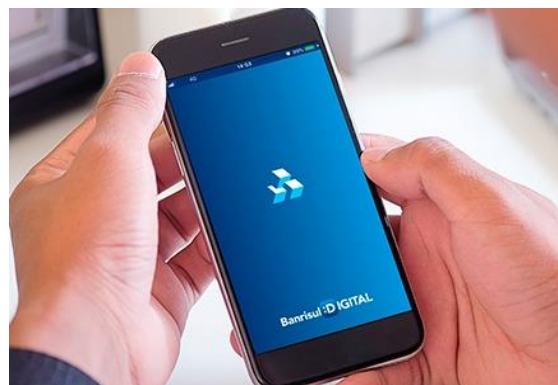
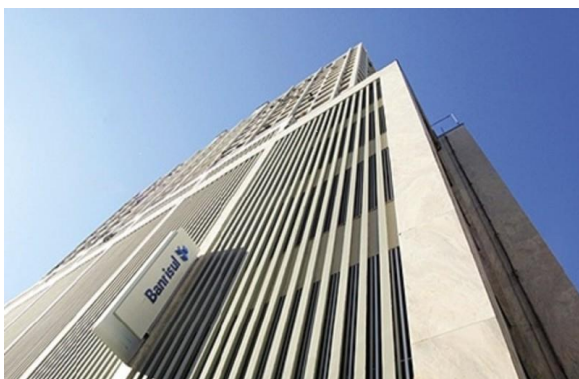


**Crescimento
robusto**

em relação a 2020
vem acompanhado
de inflação muito
acima da meta.

ESTRATÉGIA CORPORATIVA E DE NEGÓCIOS

Alicerçamos nossa estratégia em cinco pilares, com foco em nossa Missão de ser o agente financeiro do Estado para promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, alinhada à Visão de ser um Banco público rentável, sólido e competitivo, integrado às comunidades e que presta serviços com excelência.



Nossas iniciativas para **melhoria de eficiência** se multiplicaram e incluem processos mais ágeis e simplificados, utilização eficaz de recursos, aperfeiçoamento da infraestrutura e arquitetura de TI, aprimoramento da gestão de riscos e adoção de melhores práticas de gestão. Reavaliamos continuamente nossa rede de 497 agências para otimizar os pontos de atendimento presenciais, que deve repercutir em novas fusões ao longo do ano, com enfoque especial à adequação da rede ao atendimento dos diversos segmentos, acompanhando as mudanças e os avanços tecnológicos do mercado financeiro. Em 2022 manteremos o foco na utilização de inteligência artificial, inovação que prevê a implantação de serviço de assistente virtual inteligente proporcionando ainda mais agilidade e assertividade no atendimento das demandas dos nossos clientes.

Aprimoramos o atendimento ao **cliente** com a expansão e especialização no atendimento do segmento afluente, a partir da inauguração da primeira agência exclusiva para o público Afinidade, em Porto Alegre, que ocorrerá no primeiro semestre de 2022.

Também oferecemos melhorias na jornada do cliente, como a ampliação da contratação e gestão de limites para clientes com conta conjunta, ajustes de fluxo na jornada de abertura de contas para pessoas físicas e o lançamento de um novo produto de crédito. Na área de investimentos, passamos a apresentar as informações consolidadas dos investimentos realizados pelos clientes na Banrisul Corretora, e em Seguridade disponibilizamos a nova *homepage* de previdência, mais interativa e com mais funcionalidades.

Outro destaque é o desenvolvimento da solução para a Fase 4 do *Open Finance*, atendendo às definições do Bacen, quando ficamos aptos à certificação.

Além disso, lançamos o 2º ciclo de aceleração de startups, promovido pelo Banritech, que visa a impulsionar o ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul. Essas iniciativas contribuem para que percorramos o caminho da **transformação**, por meio de implantação de novos modelos de negócios com novas tecnologias, mantendo nossa competitividade no mercado.

No ano de 2022 os impactos da pandemia de Covid-19 ainda se fazem presentes e mantivemos os protocolos necessários para prevenir o contágio do vírus; e após o avanço da vacinação na população, retomamos gradualmente o trabalho presencial. Com a certeza de que somente com a força das pessoas se alcança o sucesso organizacional, o Banrisul segue desenvolvendo uma cultura ágil e transformadora e promovendo o engajamento de seus colaboradores.

Reforçamos nossa **essência** de Banco de varejo, com foco de atuação no Rio Grande do Sul. Para fomentar o desenvolvimento sustentável das micro, pequenas e médias empresas mantivemos o investimento em crédito para capital de giro em parceria de cooperação técnica e financeira, firmada com o Sebrae, para uso de garantia do fundo de Aval às micros e pequenas empresas - FAMPE, que permitirá concessão de até R\$120 milhões, além do crédito consignado aos servidores públicos e beneficiários do INSS e, crédito imobiliário para pessoas físicas e financiamentos para projetos de geração de energias renováveis tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas.

Conscientes que o agronegócio é a base do desenvolvimento econômico do Estado continuamos investindo em melhorias nos sistemas de contratação de crédito agropecuário e ampliamos os financiamentos para toda a cadeia produtiva agro, com linhas de crédito voltadas para investimentos, custeio, comercialização e industrialização.

Durante o 1º trimestre de 2022, continuamos aprimorando práticas de sustentabilidade, com projetos de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e com mecanismos mais robustos de Governança

No primeiro trimestre de 2022, devido à estiagem que levou a grandes perdas, ofertamos crédito para os produtores atingidos e uma nova linha para incentivo ao setor de estocagem de oliva e seus derivados já processados e, em complemento aos três ambientes tematizados e exclusivos lançados em 2021, iniciamos as atividades em mais quatro novos Espaços voltados ao agronegócio.

Adicionalmente priorizamos também o atendimento e as linhas de financiamento direcionadas às prefeituras, além de produtos para suporte e financiamento às empresas que, por consequência, auxiliam no desenvolvimento dos municípios. Durante o 1º trimestre de 2022, continuamos aprimorando práticas de sustentabilidade, com projetos de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e com mecanismos mais robustos de Governança, na construção da Agenda Estratégica de Sustentabilidade que irá nortear nossas ações para os próximos anos.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

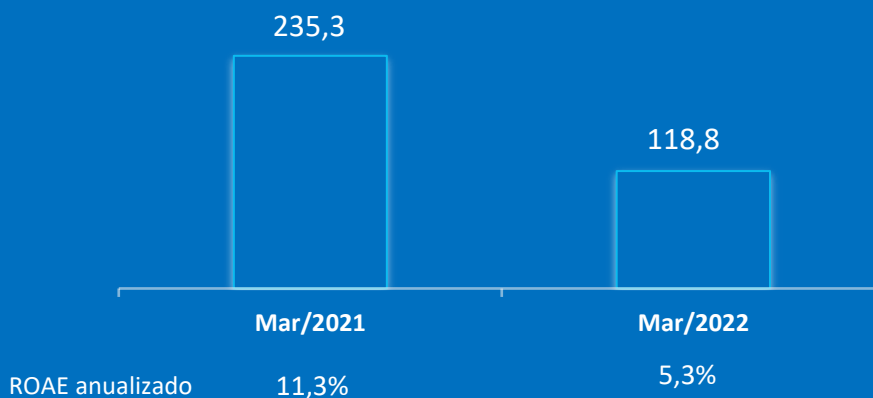
Apurado conforme Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido do primeiro trimestre de 2022 apurado conforme regras do IFRS totalizou R\$118,8 milhões, o que representa R\$116,5 milhões ou 49,5% inferior ao lucro do mesmo período de 2021, trajetória que reflete especialmente:

- (i) redução do resultado líquido com juros ajustado, em especial no segmento varejo;
- (ii) maior fluxo de perdas esperadas de ativos de crédito, principalmente com operações de crédito;
- (iii) aumento das despesas administrativas, em especial, nas despesas de pessoal, despesas com serviços técnicos especializados e despesas com processamento de dados;
- (iv) aumento das receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias;
- (v) consequente menor volume de tributos sobre o lucro.

R\$ MILHÕES



A reconciliação entre o resultado apurado pelas práticas contábeis brasileiras (BRGAAP) e o padrão contábil internacional (IFRS) está apresentada na tabela a seguir:

R\$ Milhões	Mar 2022 BR GAAP	Ajuste	Mar 2022 IFRS	Mar 2021 IFRS	Δ%
Receita Líquida com Juros	1.306,9	8,8	1.315,7	691,6	90,2%
Receita de Dividendos	0,1	-	0,1	0,0	283,9%
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(353,2)	-	(353,2)	446,5	-179,1%
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moedas Estrangeiras	4,9	-	4,9	(42,6)	-111,5%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	493,7	-	493,7	483,0	2,2%
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(152,3)	(88,4)	(240,6)	(156,1)	54,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.156,4)	(3,1)	(1.159,5)	(1.108,6)	4,6%
Despesas de Pessoal	(510,6)	-	(510,6)	(491,9)	3,8%
Outras Despesas Administrativas	(382,9)	(3,1)	(386,0)	(358,0)	7,8%
Despesas Tributárias	(110,4)	-	(110,4)	(117,9)	-6,4%
Resultado de Participação em Coligadas	16,8	-	16,8	10,3	63,4%
Outras Receitas Operacionais	94,8	-	94,8	88,6	6,9%
Outras Despesas Operacionais	(264,0)	-	(264,0)	(239,6)	10,2%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	143,8	(82,6)	61,1	313,8	-80,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	20,5	37,2	57,7	(78,5)	-173,5%
Lucro Líquido do Período	164,3	(45,4)	118,8	235,3	-49,5%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu R\$8.991,5 milhões em março de 2022, redução de 1,1% ou R\$97,1 milhões em comparação a dezembro de 2021, um reflexo da incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e os ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior.

ATIVO TOTAL

Os ativos totais apresentaram saldo de R\$105.300,4 milhões em março de 2022, estável em relação a dezembro de 2021. Na composição dos ativos, as aplicações em tesouraria (títulos e valores mobiliários, somados às aplicações interfinanceiras de liquidez, às disponibilidades e aos instrumentos financeiros derivativos) representam 42,5% do total, as operações de crédito 40,4%, os depósitos compulsórios no Bacen 8,9% e os outros ativos 8,2%.

As aplicações em tesouraria apresentaram saldo de R\$44.770,8 milhões em março de 2022, uma retração de R\$1.747,2 milhões ou 3,8% em relação a dezembro de 2021, reflexo da liquidação da captação externa realizada em 2012 devido ao vencimento da obrigação, e do direcionamento de recursos para o crescimento de 3,3% das operações de crédito.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado.

PRODUTOS E SERVIÇOS

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito alcançou R\$42.501,9 milhões em março de 2022, representando um crescimento de R\$1.344,2 milhões, equivalente a 3,3% na comparação com dezembro de 2021.

Fomentamos o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Estado de maneira sustentável visando a manutenção e crescimento das empresas e a consequente geração de emprego e renda. No primeiro trimestre de 2022, concedemos R\$180,9 milhões em créditos nas linhas de capital de giro com garantia de Fundos Garantidores, voltados aos pequenos negócios que contam adicionalmente com capacitação empresarial, conteúdos digitais e consultorias em gestão para que o cliente tome o crédito de maneira consciente, tenha acesso à educação financeira e promova melhorias na gestão da empresa.

Possuímos ainda duas linhas de recursos próprios, o BANRISUL FOMENTO, para projetos de investimento e aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, e o FEB – Financiamento Especial Banrisul, destinado ao financiamento de bens de capital aos municípios gaúchos. Além disso atuamos como agente repassador das linhas de BNDES: FINAME para aquisição de máquinas, equipamentos, ônibus e caminhões, e BNDES AUTOMÁTICO, para projetos de instalação e ampliação de empresas e indústrias e, em parceria com a FINEP, mantivemos a oferta das linhas de crédito de repasse da financiadora direcionadas às inovações tecnológicas. Para o segmento de energias renováveis oferecemos com recursos próprios o CDC SUSTENTABILIDADE e com repasse o BNDES FINAME BAIXO CARBONO.

Em março de 2022 lançamos, em parceria com o Sindimoto RS, uma linha de microcrédito destinada ao financiamento de motocicletas, bicicletas e equipamentos de segurança para os prestadores de serviços de entregas rápidas.

O **agronegócio** com foco no crescimento dos pequenos e médios produtores é uma das bases de nossa missão. A partir de recursos próprios e repasses de linhas do BNDES, nós temos nos consolidado como uma das principais instituições financeiras que apoiam o agronegócio gaúcho nas mais diversas culturas.

No Plano Safra 2021/2022, estão sendo disponibilizados R\$5,2 bilhões em crédito, recorde histórico em volume de concessão de operações, 45% superior à safra 2020/2021.

Iniciamos em 2021 o movimento de fortalecer a capilaridade, com a abertura de Espaços Agro Banrisul, especializados no setor, em agências localizadas em municípios estratégicos. Já estão em operação Espaços Agro nos municípios de Santo Ângelo e Cruz Alta e ao longo deste semestre serão inaugurados novos espaços em Santana do Livramento, Ijuí, Passo fundo, Carazinho e Bagé, contemplando novos formatos e estruturas de atendimento. Nesses pontos oferecemos um espaço físico customizado, com atendimento personalizado, apoio técnico e orientação financeira para os produtores.

No trimestre, participamos da 22ª Feira Expodireto Cotrijal, onde prospectamos um volume de mais de R\$452,2 milhões, montante 74% superior à última edição da feira ocorrida em 2020, com grande destaque para financiamentos de projetos de irrigação e energias renováveis.

A seguir, apresentamos a tabela de composição da carteira de crédito, considerando a taxonomia adotada nos modelos de risco para IFRS:

R\$ Milhões	Mar 2022	Dez 2021	Var. Abs.	Var. %
Carteira de Crédito	42.501,9	41.157,7	1.344,2	3,3%
Pessoa Física	32.280,3	31.229,6	1.050,7	3,4%
Cartão de Crédito	1.692,2	1.737,4	-45,2	-2,6%
Crédito Consignado	19.100,9	18.644,7	456,2	2,4%
Crédito Pessoal - não Consignado	2.041,9	1.889,5	152,5	8,1%
Crédito Imobiliário	4.344,8	4.076,0	268,8	6,6%
Crédito Rural e Desenvolvimento	4.043,9	3.872,5	171,4	4,4%
Outros	1.056,5	1.009,5	47,0	4,7%
Pessoa Jurídica	10.221,6	9.928,1	293,5	3,0%
Câmbio	1.211,5	1.224,3	-12,8	-1,0%
Capital de Giro	3.128,1	2.991,8	136,4	4,6%
Conta Empresarial/Garantida	398,8	339,0	59,8	17,6%
Crédito Imobiliário	230,5	244,0	-13,5	-5,5%
Crédito Rural e Desenvolvimento	3.762,9	3.657,6	105,4	2,9%
Outros	1.489,7	1.471,5	18,2	1,2%

Do total da carteira de crédito apresentada acima, 89,11% são classificadas no estágio 1 (operações que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias). No estágio 2 (operações de crédito que possuem atraso entre 30 e 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito) são classificadas 8,86% do total e no estágio 3 (operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração no crédito, tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva), 2,03%.

RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$80.856,9 milhões em março de 2022. Estes recursos são compostos, principalmente, em 58,2% de depósitos a prazo, 18,5% de recursos de terceiros administrados e 14,3% de depósitos de poupança.

Com objetivo de diversificar fontes e gerar funding para o crédito rural, iniciamos em 2021 a captação de recursos por meio de Letra de Crédito do Agronegócio - LCA. Para clientes pessoa física, a LCA permite aplicação financeira com rentabilidade isenta de imposto de renda. O montante captado totalizou R\$415,8 milhões em março de 2022.

Realizamos nova emissão de dívida subordinada (Tier II) em janeiro de 2021, no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares) com juros anuais de 5,375%, pelo prazo de 10 anos, e opção de recompra em 5 anos, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum* desta emissão.

A seguir apresenta-se a tabela de composição dos recursos captados e administrados por produto:

R\$ Milhões	Mar 2022	Dez 2021	Var. Abs.	Var. %
Depósitos Totais	62.893,9	64.277,4	(1.383,4)	-2,2%
Depósitos à Vista	3.747,2	4.675,7	(928,5)	-19,9%
Depósitos de Poupança	11.528,0	11.565,6	(37,6)	-0,3%
Depósitos Interfinanceiros	508,8	1.392,7	(883,9)	-63,5%
Depósitos a Prazo	47.091,4	46.626,2	465,2	1,0%
Outros Depósitos	18,6	17,3	1,2	7,2%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	1.835,6	1.738,0	97,5	5,6%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.203,3	4.689,8	(3.486,5)	-74,3%
Total Recursos Captados	65.932,8	70.705,2	(4.772,4)	-6,7%
Recursos Administrados	14.924,1	14.194,8	729,3	5,1%
Total Recursos Captados e Administrados	80.856,9	84.900,0	(4.043,1)	-4,8%

¹ Letras Financeiras, de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

² Em dezembro/2021 inclui dívida subordinada contratada em 2012 e liquidada em fevereiro de 2022.

CARTÕES DE CRÉDITO E DE DÉBITO

A partir de março a novidade nesse segmento é que todos os portadores pessoa física de cartão de crédito Banrisul VISA e Mastercard passaram a ter acesso à nova Linha do Tempo e demais novidades no menu Cartões de Crédito no Banrisul Digital. Para ampliar a experiência do cliente disponibilizamos, em um estilo *clean*, informações mais detalhadas para ajudá-lo a identificar melhor suas compras e pagamentos.

Outro destaque para os portadores dos cartões Banrisul Visa Platinum é, desde março, o acesso a mais de 1.000 salas VIP em 450 aeroportos de 140 países, incluindo o Brasil - os aeroportos e todas as vantagens podem ser conferidos na nossa página: www.banrisul.com.br/salasVIP.

Encerramos o 1T2022 com uma base de 1,2 milhão de cartões de crédito, nas bandeiras Mastercard e Visa. No mesmo período foram realizadas 21,9 milhões de transações, o que possibilitou a movimentação financeira de R\$2,0 bilhões, respectivamente 14,4% e 18,7% superior ao 1T2021. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$110,5 milhões no 1T2022.

BANRICARD**6.073**clientes conveniados ativos em
março/2022**R\$369,4 milhões**
de faturamento no 1T2022**+13,9%**

na comparação com o 1T2021

BANRICOMPRAS**41,7 milhões**
de transações no 1T2022**+10,3%**

em relação ao 1T2021

R\$3,9 bilhões
de montante total**+10,8%**

na comparação com o 1T2021

REDE DE ADQUIRÊNCIA VERO

No 1T2022, a Vero recebeu reconhecimento emitido pela Elo por ser destaque no ano de 2021 na Categoria Qualidade e Eficiência, sendo vencedora de duas premiações: Melhor Índice de Rejeição de Liquidação e Melhor Performance em Releases. Além disso, trabalhou na melhoria de processos e controles de ativos, bem como em seus canais de atendimento internos e externos.

A Vero encerrou o 1T2022 com 136,1 mil estabelecimentos credenciados ativos com transações nos últimos 12 meses. Nos três primeiros meses deste ano, foram capturadas 102,3 milhões de transações, das quais 72,1 milhões com cartões de débito, um aumento de 25,8% em relação ao 1T2021, e 30,3 milhões de transações com cartões de crédito, 27,9% superior a igual período de 2021. Em volume financeiro, o valor transacionado totalizou R\$9,7 bilhões, refletindo crescimento de 23,5% frente ao 1T2021. Desse montante, R\$5,4 bilhões com cartões de débito e R\$4,3 bilhões são oriundos das transações com cartões de crédito.

SEGURIDADE

Disponibilizamos aos clientes um amplo portfólio de produtos de Seguridade, com Seguros de Pessoas, Seguros Patrimoniais, Seguros Rurais, Títulos de Capitalização e Planos de Previdência Complementar. No primeiro trimestre de 2022, disponibilizamos novas funcionalidades na jornada de Previdência no aplicativo Banrisul Digital e, para aumentar a oferta de opções de investimentos em previdência privada, lançamos o produto BanrisulPrev Qualificado. Adicionalmente investimos em melhoria de sistemas, processos e a remotização da contratação dos produtos de Proteção Financeira (Seguro Prestamista para pessoa física).

A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e títulos de capitalização atingiu, nos primeiros três meses de 2022, R\$620,4 milhões. As receitas totais atingiram R\$73,2 milhões, sendo que as receitas de comissões de corretagem alcançaram R\$59,8 milhões no período. Em março, as operações ativas de seguridade totalizaram 2,3 milhões de contratos.

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

ATENDIMENTO

O atendimento por fluxo na Rede de Agências tem se mostrado a maneira mais dinâmica, segura e confortável de atendermos nosso cliente. Para auxiliar na organização e padronização desse atendimento, no final do mês de março tivemos homologada a aquisição do Terminal Gerenciador de Clientes - TGA. A ferramenta possibilita parametrizações para direcionamento do cliente ao setor adequado ao seu perfil, geração de dados que auxiliarão no acompanhamento da experiência dos clientes no canal agência e identificação de fluxos de melhorias no atendimento, além de cumprimento das exigências legais.



Quando os canais primários de atendimento não atingem a completa solução da demanda, nossa Ouvidoria é acionada. Através desse canal foram tratadas, no 1T2022, 1.406 demandas, das quais 430 referentes a protocolos registrados no canal Ouvidoria (dentro desses são contabilizados os ofícios respondidos), 460 referentes a demandas registradas junto ao Bacen e 516 oriundas de Procons.

CANAIS DIGITAIS

Nossa transformação digital visa oferecer ao cliente sempre a melhor experiência e segue em constante crescimento: no 1T2022 avançamos 2,9 p.p. nas operações, incluindo PIX, considerando os canais disponíveis (digitais, ATM, correspondentes, caixas e Banrifone), ante 77,6% no 1T2021.

Nos três primeiros meses de 2022, os canais de *Internet Banking* (*Home e Office Banking*) e *Mobile Banking* (*Minha Conta, Afinidade e Office App*), acessados por meio do Banrisul Digital tiveram, incluindo operações por PIX, 126,5 milhões de acessos, 29,5% superior ao mesmo período de 2021, uma média de 1,4 milhão de acessos diários.

- ✓ **80,5% das operações no 1T2022 ocorreram por canais digitais**
- ✓ **A avaliação do App Banrisul Digital nas lojas de aplicativos fechou o primeiro trimestre de 2022 com as notas 3,8 na Play Store e 3,4 na Apple Store (escalas de 1 a 5)**

O total de operações realizadas nesses canais, apresentou aumento de 14,8%. Dentre essas, a quantidade de transações financeiras foi 52,1% superior e o volume transacionado 21,5% maior, se comparados ao mesmo período de 2021.

No primeiro trimestre de 2022 foram implantadas diversas melhorias, dentre elas a implantação do serviço de assinatura de empréstimos, a restrição de canal para ativação de cartão virtual (clientes acima de 60 anos devem entrar em contato com o Banrifone para efetivar a ativação) e a atualização do leiaute do *Office App*, além da qualificação na experiência de primeiro acesso dos usuários ao Banrisul Digital, já considerando os diferentes perfis de usuários e necessidades de acesso.

NEGÓCIOS DO GRUPO BANRISUL

BANRISUL CARTÕES

A Banrisul Cartões S.A. administra a rede de adquirência Vero e a emissão de cartões de benefícios e empresariais BanriCard, contando com 136,1 mil estabelecimentos credenciados ativos e 6,1 mil convênios ativos, respectivamente, em março de 2022. A receita operacional bruta somou R\$147,5 milhões no 1T2022, aumento de 10,0% relação ao mesmo período do ano anterior. Deste total, R\$146,2 milhões são oriundos da receita da rede de adquirência.

No período, o Conselho da Administração do Controlador decidiu encerrar o processo de implantação de operação estratégica da Companhia, iniciado em agosto de 2021, tendo em vista que os termos e condições das propostas de aquisição recebidas, por intermédio do assessor financeiro JP Morgan, não atenderam aos seus objetivos e não são adequados e satisfatórios ao seu melhor interesse, bem como em razão das atuais condições de mercado.

BANRISUL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios possui 76,9 mil consorciados e administra grupos de consórcio para a aquisição de bens nos segmentos de móveis, imóveis e serviços, com alternativas para aquisição de bens adequadas às demandas de mercado e ao novo comportamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

No primeiro trimestre de 2022, alcançou R\$5,7 bilhões de volume de cartas de crédito, com 2,8 mil contemplações, colocando à disposição no mercado o volume de crédito de R\$175,6 milhões para aquisição de bens de consumo.

BANRISUL SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES

A Banrisul Seguridade Participações S.A. (Seguridade) atua no mercado de comercialização de seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização nos canais do Banrisul, através de sua subsidiária Banrisul Corretora de Seguros S.A. (Corretora).

BANRISUL CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio atua no mercado de capitais como intermediadora nas operações de renda variável — nos mercados à vista, de opções, de termo e de futuro — e nas de renda fixa privada e renda fixa pública (Tesouro Direto), junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Os recursos administrados através de fundos de investimentos apresentaram saldo de R\$14.924,1 milhões em março de 2022, com aumento de R\$729,3 milhões ou 5,1%, no conjunto de patrimônio líquido desses fundos, em comparação com dezembro de 2021.

Ao longo do 1T2022, a Banrisul Corretora de Valores intermediou R\$1,3 bilhão em operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, representando redução de 9,3% em relação ao 1T2021.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Somos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 2007, e alinhados às melhores práticas de mercado, atendemos integralmente os requisitos desse nível de listagem e aspectos adicionais que são exigências dos demais níveis de Governança da B3, com transparência, equidade e adequada prestação de contas, buscando gerar valor aos acionistas e reforçar a credibilidade junto aos investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que a empresa Deloitte Touche Tohmatsu, contratada em 2021, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2022.

Informações sobre Governança Corporativa estão disponíveis no nosso site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – [Seção Governança Corporativa](#)).

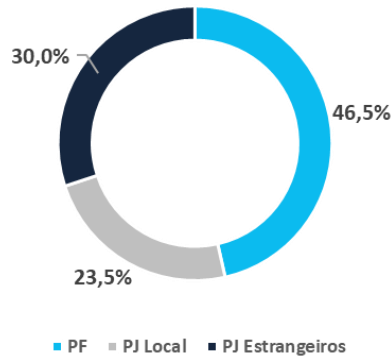
ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em março de 2022 contávamos com 166 mil acionistas, e uma dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 50,6% do total das ações do Banco são de livre circulação (*free float*), enquanto que o mínimo exigido é 25,0%. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, possui 98,1% das ações ordinárias com direito a voto e 49,4% do Capital Total.

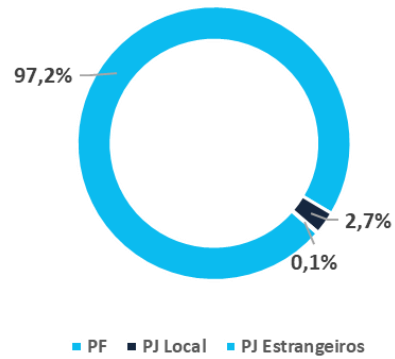
Nossas ações são negociadas sob os tickers BRSR3, BRSR5 e BRSR6, sendo esta última a ação mais líquida, que está presente em sete índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A seguir, são apresentadas informações adicionais sobre a base acionária e negociações de ações do Banrisul:

Acionistas no free float



Por tipo de Acionistas



Abaixo alguns grandes números sobre as transações com ações do Banrisul:

Valorização das Ações PNB Banrisul – BRSR6

Evolução de R\$ 100,00 aplicados no *Follow On* realizado em 2007.



**R\$4,5
bilhões**

de Valor de
Mercado

**R\$28,5
milhões**

de Volume Médio
Diário Negociado

9,7 %

Dividend Yield em
12 meses

RATINGS BANRISUL

<i>Fitch Ratings</i>	
Moeda Estrangeira - IDR de Longo Prazo	BB-
Moeda Estrangeira - IDR de Curto Prazo	B
Moeda Local - IDR de Longo Prazo	BB-
Moeda Local - IDR de Curto Prazo	B
<i>Rating</i> Nacional de Longo Prazo	A+(bra)
<i>Rating</i> Nacional de Curto Prazo	F1(bra)
<i>Rating</i> de Suporte	4
<i>Rating</i> de Viabilidade	bb-
Notas Subordinadas	B
Perspectiva <i>Rating</i> Nacional	Estável
Perspectiva IDR de Longo Prazo em ME e ML	Negativa
<i>Moody's</i>	
Perspectiva	Estável
Depósitos Bancários	Ba3/NP
Risco de Crédito Individual (BCA)	ba3
Avaliação de Risco de Contraparte	Ba2(cr)/NP(cr)
Subordinada	B1
<i>Rating</i> de Emissor – Local	A+.br
<i>Rating</i> de Depósito – Curto Prazo – Local	ML A-1.br
<i>Rating</i> de Depósito – Longo Prazo – Local	A+.br
Perspectiva – Local	Estável
<i>Standard & Poor's</i>	
<i>Issuer Credit Rating</i> - Escala Global	BB-
Perspectiva – Escala Global	Estável
<i>Issuer Credit Rating</i> - Escala Nacional	brAA+
Perspectiva – Escala Nacional	Positiva
Perfil de Crédito Individual (SACP)	bb-

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Desde o início de 2008 seguimos a política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP e, historicamente, remuneramos os acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido. No período de janeiro a março de 2022, pagamos JSCP, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R\$136,6 milhões.

GESTÃO DE CAPITAL E DE RISCO**Estrutura Integrada de Gestão**

Revisamos anualmente, no mínimo, as estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos. Os relatórios estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Banrisul, seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos, em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco - RWA, do patrimônio de referência - PR e da razão de alavancagem - RA.

Gerenciamento de Capital

Observamos o gerenciamento de capital como processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerados nossos objetivos estratégicos e riscos aos quais estamos sujeitos.

O Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Resolução nº 4.557/17, determinou que as instituições financeiras obrigadas a calcular o RWA tenham estrutura de gerenciamento contínuo de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos.

Para as instituições enquadradas no segmento S2, conforme normativo para enquadramento da regulação prudencial, como um aprimoramento na gestão de capital, foi introduzido o Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital, o ICAAP_{SIMP}.

Risco de Crédito

O cenário desafiador delineado pela pandemia afeta a capacidade financeira de pessoas e empresas. Comprometidos em contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Estado do RS, buscamos, adequando nossas políticas de crédito, disponibilizar de maneira ágil produtos e serviços para mitigar os impactos da Covid-19.

Acompanhamos as discussões dos editais de Consulta Pública 78/20 (norma parcialmente emitida) e 80/20, do Bacen, que divulgam o conjunto de propostas normativas do tratamento prudencial aplicável aos serviços de pagamento e a proposta de resolução do Bacen que aprimora os procedimentos para cálculo do requerimento de capital das exposições ao risco de crédito sujeitas ao requerimento de capital mediante abordagem padronizada - RWA_{CPAD}, respectivamente. Por fim, a partir de janeiro de 2022 passamos a informar o Demonstrativo de Limites Operacionais Individuais - DLI, que reúne de forma sintética as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites individuais monitorados pelo Bacen.

Risco de Mercado

No primeiro trimestre de 2022 participamos, em conjunto com a indústria bancária, das fases de implementação da Resolução nº 111/21, do Bacen, que dispõe sobre os critérios para a classificação de instrumentos na carteira de negociação ou na carteira bancária, dos requisitos de governança relativos às mesas de operações, em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado e sobre as exigências para o reconhecimento de transferências internas de risco na apuração dos requerimentos mínimos.

Também ocorreram debates acerca das novas metodologias de Risco de Mercado que entrarão em consulta pública no próximo ano, em mais uma etapa da Revisão Fundamental da Carteira de Negociação - FRTB sobre um conjunto de propostas do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, para um novo requisito de capital relacionado aos riscos de mercado.

Risco de Liquidez

Os processos de monitoramento não sinalizaram, no período, nenhuma ocorrência de eventos ou crises que culminassem em aumento do risco de liquidez. Os cenários utilizados nas projeções de resultados dos fluxos de caixa das operações não indicaram riscos relevantes de liquidez no horizonte estimado. Não ocorreu materialização de nenhum cenário projetado de estresse nas posições, sendo que os indicadores de risco permaneceram em níveis adequados de acordo com a política de risco e com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos.

Risco Operacional

No primeiro trimestre de 2022 executamos projetos e atividades de adequação na base de dados de risco operacional em atendimento à Circular nº 3.979/20 do Bacen, dentre eles algumas ações de maior integração entre as linhas de defesa, como associações entre eventos de perda e riscos, permitindo que a avaliação dos riscos operacionais e a consequente adoção de ações de mitigação estejam embasadas em dados mais consistentes, auxiliando no processo de tomada de decisão.

Mantivemos as medidas para minimizar a exposição de clientes e colaboradores ao contágio, que permitiram a continuidade das operações e gestão dos impactos causados pela pandemia da Covid-19, sem prejuízo à manutenção das atividades. As ações adotadas estão detalhadas na nota explicativa 39 (b).

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

O processo de gerenciamento do risco abrange todos os produtos, serviços, atividades e processos do próprio Banco e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes, sujeito ao gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos, cuja metodologia é baseada em critérios consistentes e passíveis de verificação, incluindo informações públicas, quando disponíveis.

Os resultados das análises e os registros dos eventos são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Em atendimento à Circular nº 3.979/20 do Bacen e a atualização do normativo de autorregulação SARB nº14/14 da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, bem como a Resolução nº 4.943/21 do CMN, estão sendo executados projetos e atividades visando ao aprimoramento no gerenciamento do risco social, ambiental e climático.

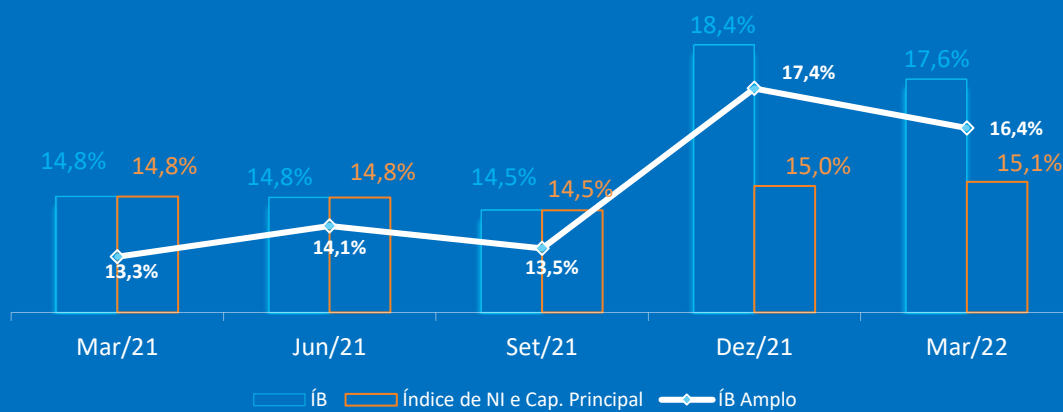
ÍNDICE DE BASILEIA

As Resoluções nº 4.955/21 e nº 4.958/21 do Bacen substituíram as Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN e, a partir de 03 de janeiro de 2022, determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia mede a relação entre a soma do Capital de Nível I - CNI e do Capital de Nível II - CNII e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos Índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a insolvência da Instituição. A seguir é apresentada a variação do Índice de Basileia – IB dos últimos 12 meses.

ÍNDICE DE BASILEIA

%



Em 31 de março de 2022, o Índice de Basileia atingiu 17,6%, 7,6 p.p. acima do nível mínimo regulatório com os adicionais de capital principal, 10,0%. Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 15,1%, sendo, respectivamente, 8,6 pp. e 7,1 pp. acima do mínimo regulatório.

INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

AÇÕES E INICIATIVAS

No primeiro trimestre de 2022, mantivemos firme nosso compromisso cada vez maior com segurança da informação e investimos R\$57,3 milhões em transformação digital e ampliação da infraestrutura de tecnologia da informação.

A disponibilização de novos produtos, serviços e modelos de negócios, assim como a busca permanente pela inovação são a essência do nosso dia a dia, para que o Banco seja mantido forte, confiável e competitivo tecnologicamente, mas mais do que isso, para que possamos buscar sempre evoluir para um melhor atendimento e experiência dos nossos clientes.

Contamos com uma infraestrutura de tecnologia da informação robusta, segura e com alta disponibilidade que, no primeiro trimestre de 2022, migrou, parcialmente, para a nova estrutura do Datacenter Zona Sul sem qualquer indisponibilidade de serviços, consolidando uma atuação robusta de modernização.



Nesse contexto de grandes e inovadores projetos, sob iniciativa do Bacen, os principais foram o PIX e o *Open Finance* que representam novos ecossistemas de pagamentos e de transações. O *Open Finance*, que começou em 2020, visa fomentar um sistema financeiro aberto, descentralizado e com mais independência aos clientes

No primeiro trimestre de 2022, realizamos importantes entregas referentes à Fase 3, voltadas à disponibilização e evolução do serviço de iniciação de transação de pagamentos através do PIX em que o cliente pode realizar transações através do aplicativo de uma instituição financeira, mas acessando sua conta vinculada a outro Banco promovendo uma grande transformação na interação dos clientes com suas instituições bancárias. Também estão em desenvolvimento as funcionalidades de agendamento via PIX, além do pagamento PIX através da captura da imagem QR Code. Ainda em relação ao *Open Finance*, seguindo o cronograma regulatório para a Fase 4, está em desenvolvimento o compartilhamento de dados públicos referentes aos produtos de Seguros, Investimentos, Previdência, Credenciamento e Câmbio. Nos primeiros meses de 2022, disponibilizamos o serviço PIX Saque e PIX Troco, que permite ao cliente sacar dinheiro através da realização de transações PIX em estabelecimentos comerciais previamente cadastrados e reconhecidos, bem como efetuar o pagamento de uma mercadoria ou serviço através do PIX e sair com o troco em espécie.

Para fomentar e apoiar o desenvolvimento do Estado, nesse período, outras ações foram realizadas, como o programa Receita Certa, que devolve valores aos contribuintes referentes aos pagamentos registrados no Programa Nota Fiscal Gaúcha, e o Programa Devolve ICMS, que visa devolver ICMS para famílias de baixa renda.

No primeiro trimestre de 2022, investimos fortemente em garantir a segurança das transações e dos dados dos nossos clientes, assim como estabelecemos mecanismos e processos de segurança internos no Banrisul na área de Gestão de Identidades, visando garantir controle e proteção para os acessos realizados. Nesse período, realizamos uma campanha de conscientização, na semana do dia 7 de fevereiro, em comemoração ao Dia da Internet Segura, para os públicos interno e externo, sobre os principais golpes aplicados pela *Internet* de forma a prevenir ataques e ações de engenharia social, com ampla divulgação através da intranet, site e redes sociais do Banco.

Promovemos constantemente um processo de transformação digital que inclui um amplo nivelamento cultural sobre inovação nas diversas áreas do Banco, consolidando a integração de negócio e tecnologia na busca por resultados. No primeiro trimestre de 2022, atuamos de modo incremental nas jornadas em desenvolvimento, com ciclos curtos de entregas, porém entregando valor contínuo para o cliente.

Lançamos, no primeiro trimestre de 2022, um novo produto de crédito para os clientes no Banrisul Digital: um fluxo totalmente digital e integrado que possibilita, ao cliente, a simulação real de até 2 saques aniversário do FGTS. Na área de investimentos, os clientes passaram a contar com a apresentação das informações consolidadas dos investimentos realizados pelos clientes na Banrisul Corretora e em Seguridade entregamos a nova *home* de previdência. Também oferecemos a ampliação da contratação e gestão de limites para clientes com conta conjunta, e ajustes de fluxo na jornada de abertura de contas para pessoas físicas.



No contexto das soluções da Vero, o destaque foi o lançamento da jornada de credenciamento a partir do Banrisul Digital, destinada aos clientes do segmento pessoa física que já são correntistas do Banrisul. Com a solução, os clientes que acessam o aplicativo têm uma experiência mais fluida, na sua relação como credenciado e cliente do Banrisul na medida em que seus dados cadastrais já estão validados e são automaticamente apropriados no processo de credenciamento, dispensando a necessidade de digitação manual

Dentre as demais jornadas existentes com foco em transformação digital, evidenciamos as constantes evoluções nas soluções do Agrofácil, especialmente a esteira Conecta destinada aos técnicos agrícolas, permitindo desde a prospecção de negócios até condução da operação, incluindo o envio dos projetos.

Outro destaque das áreas de TI é a participação do Banrisul nos grupos de discussão sobre o CBDC do Bacen (Real Digital), que o Bacen considera uma plataforma nova para o mercado financeiro. Dentro da Febraban, integramos o Grupo Consultivo de Novas Tecnologias e os *squads* de Carteira Digital e DvP (*Delivery Versus Payment*) Atacado, onde foram definidas e submetidas as propostas para participação do Laboratório de Inovação do BC (*LIFT challenge – Real Digital*). A proposta de DvP foi aceita pelo LIFT e estamos participando de sua implementação na Febraban.

Complementamos trazendo uma perspectiva final voltada à parte de redes, também atributo fundamental de uma área tecnológica estruturada: nesse trimestre foram configuradas as Redes SDwan em 80 agências, permitindo a monitoração mais efetiva dos ativos de TI da rede de agências, bem como uma melhoria na comunicação das mesmas; e a migração dos circuitos de *internet* de 122 agências para a nova operadora, garantindo a continuidade do fornecimento de serviços de rede WAN (Rede de Longa Distância para troca de informações). Após a Migração de Links de Telefonia alcançamos maior modernização tecnológica com alta disponibilidade, segurança e redução de custos operacionais através da implementação da tecnologia IP na rede de agências.

BANRIHUB

O BanriHub apoia ações e projetos para impulsionar o ecossistema de inovação no Rio Grande do Sul. Está estruturado em quatro pilares estratégicos:

**Hub.Startup**

Banritech, Programa de Aceleração de *Startups*, em parceria com Tecnopuc.

Hub.Education

Capacitação, mentorias e trocas entre os profissionais do Banco, especialistas do mercado e empreendedores acerca de temas relacionados à inovação.

Hub.Venture

Participação em fundos voltados à inovação.

Hub.Space

Espaços projetados para incubar *startups* aceleradas no Programa e promover *networking*, com salas de reuniões, arena de *pitch*es, estúdio de gravação.

Em 2022 nosso Programa de Aceleração de *Startups* BanriTech buscará selecionar até 30 empresas de diferentes níveis de maturidade para serem aceleradas, com foco nas seguintes verticais: Serviços Financeiros, Eficiência Operacional, Governos, Agronegócio, Segurança da Informação, Relacionamento com Clientes e Empresas. Nos primeiros meses do ano elaboramos um novo edital para inscrição dessas empresas ao BanriTech priorizando na avaliação aquelas que atendem a aspectos ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Nesse trimestre também priorizamos a comunicação e consolidação do programa no ecossistema de inovação, participando de eventos e interagindo na comunidade física e virtualmente. Estivemos presentes na Arena Agrodigital e na Expodireto, apresentando o BanriHub e divulgando as inscrições para o Segundo Ciclo do BanriTech.

No raio de atuação do BanriHub inauguramos o espaço do Banrisul no Instituto Caldeira durante a Semana de Inovação em Porto Alegre, alusiva aos 250 anos da capital e 1º ano de funcionamento do Instituto Caldeira, onde o Banco é fundador.

SUSTENTABILIDADE

Durante o primeiro trimestre de 2022 continuamos aprimorando as práticas de sustentabilidade com mecanismos mais robustos de Governança, consolidadas por meio do Comitê de Sustentabilidade e na construção de nossa Agenda Estratégica de Sustentabilidade, que irá nortear nossas ações para os próximos anos. Exercemos uma ação contínua, também, nos projetos de mitigação da emissão de gases de efeito estufa, com foco no projeto de energia renovável, onde disponibilizamos produtos de crédito voltados à sustentabilidade e à minimização dos efeitos de fenômenos climáticos.



Negócios Sustentáveis

Financiamentos para captação e geração de energia solar (placas, baterias e inversores) e eólica (pequenas estações). Com o CDC Sustentabilidade foram realizados 2,3 mil operações, totalizando R\$90,0 milhões em crédito, 166,0% superior ao 1T2021



O **compromisso ESG**, do inglês *Environmental, Social and Governance*, está presente também nos nossos negócios e serviços financeiros, por meio de linhas de crédito que promovem melhores práticas socioambientais, financiando setores e ativos de impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. Dentre eles destacamos opções de crédito ao agronegócio sustentável como a aquisição de sistemas de energia solar e biodigestores, bem como novas tecnologias que possibilitam o uso consciente dos recursos naturais.

Destacamos a parceria na **Operação 365**, iniciativa que busca estimular a qualidade química, física e biológica dos solos agrícolas, a fim de elevar a estabilidade produtiva das lavouras, estimulando a agricultura sustentável. Oferecemos condições diferenciadas de financiamentos e disponibilizamos recursos para investimentos também para áreas que estão em processo de transição. O projeto é uma iniciativa da Rede Técnica da Cooperativa Central Gaúcha Ltda e da Embrapa Trigo e conta com nosso apoio, além das cooperativas associadas à CCGL e da Universidade de Passo Fundo.

Sob o aspecto de melhorias nos processos operacionais de sustentabilidade, a partir deste trimestre os processos de compras e licitações passaram a contar a inclusão da análise dos critérios de sustentabilidade nas contratações.

Gestão Ambiental

Desde 2001, o **Programa Reciclar** estabelece práticas para a correta destinação de resíduos, e promove a educação ambiental, orientando o público interno sobre o consumo consciente e os princípios da sustentabilidade. Dispomos de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que normatiza ações, prioriza reutilização de materiais, busca ampliar a vida útil dos objetos e, ainda, destina de forma adequada resíduos sólidos gerados nas atividades.

Nenhum resíduo sólido corporativo é descartado em aterro de resíduos. Mesmo havendo previsão legal, priorizamos reutilização, reciclagem e encaminhamento para aproveitamento como fonte de energia. No primeiro trimestre destinamos 59 unidades de mobiliários para doação, 73,6 toneladas de papéis para reciclagem e 4,2 toneladas de resíduos de eletroeletrônicos para descaracterização através de trabalho prisional e posterior encaminhamento à reciclagem.

Atuamos ativamente, por meio de representação, no Comitê Deliberativo do **Programa Sustentare** do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que estabelece diretrizes para o encaminhamento adequado dos resíduos de eletroeletrônicos da administração pública direta e indireta. Também em parceria com o Governo do Estado, integramos a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA e participamos do Comitê de Sustentabilidade da AMCHAM e do Comitê ESG da Febraban.

À medida que as mudanças climáticas vêm se tornando um desafio mundial, vem se tornando uma exigência global cada vez maior a promoção de negócios de baixo carbono, buscando a transição para uma economia mais verde. Para atuar no esforço coletivo de enfrentamento das mudanças climáticas destacamos alguns projetos que contribuem com a mitigação de emissão de gases de efeito estufa e com a transição para uma economia de baixo carbono, dentre eles o Projeto de Energia Renovável que prevê a migração de nossas unidades consumidoras de energia elétrica para o uso de energia de fonte 100% renovável. A implantação desse Projeto começou no primeiro trimestre de 2022 e terá continuidade nos próximos anos promovendo também impactos indiretos na cadeia de fornecedores de energia renovável.

PESSOAS

Em consonância com o planejamento de negócios, no pilar **FORÇA DAS NOSSAS PESSOAS**, **direcionamos nossos esforços** para o desenvolvimento de uma cultura ágil e de resultados, para o desenvolvimento e engajamento dos colaboradores, bem como para o aprimoramento dos processos de Gestão de Pessoas.



No primeiro trimestre deste ano, considerando as melhores práticas de mercado em relação a programas de Incentivos de Curto Prazo, implementamos um novo modelo de distribuição de remuneração por desempenho para 2022, o Programa de Participação nos Resultados - PPR. Para compor o PPR, foram elaborados indicadores para mensuração de desempenho, alinhados à estratégia do Banco e baseados em resultado, produtividade e competências.

Foi aprovado também no primeiro trimestre de 2022 um projeto para Aprimoramento da Cultura Organizacional, que inclui a avaliação da cultura organizacional atual, reforçando os valores positivos da Instituição, e prevendo ações de melhoria para atingimento da estratégia corporativa. Além disso implementamos um projeto para Gestão da Sucessão, com intuito de

identificar e desenvolver possíveis sucessores para as funções mais estratégicas da organização.

Por meio do programa **Acolhimento Feminino**, no primeiro trimestre ocorreu o *webinar* “O papel do homem no combate à violência contra a mulher”. O **Conexões**, grupo multidisciplinar formado por colaboradores de diversas áreas do Banco, realizou algumas ações direcionadas a este público tais como a

palestra “Janeiro Branco: Saúde Mental e Bem-estar”, e em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, os eventos: “Carreira: O lugar da mulher é onde ela quiser” e “A mulher atual – como planejar e conciliar todos os papéis? ”, com foco no papel da mulher atual e todos os demais por ela assumidos, e como planejar estrategicamente a conciliação destes.

No primeiro trimestre de 2022 investimos mais de R\$361,0 mil na capacitação dos colaboradores, distribuídos em 696 cursos de aperfeiçoamento. Acreditamos que investir na capacitação e no desenvolvimento dos profissionais é garantir a sustentabilidade da empresa.

Dentre as ações desenvolvidas investimos em **Programas de Formação** para funções específicas da rede de agências e unidades da Direção Geral, que contou com 316 participantes no trimestre. Esses Programas são considerados fundamentais para o desenvolvimento e qualificação dos colaboradores da Instituição e cada um deles é composto de uma ou mais trilhas de aprendizagem, as quais, juntas, formam um mosaico de conteúdos operacionais e táticos inter-relacionados, que por sua vez são distribuídos entre cursos e/ou eventos com determinada carga horária.

A partir das demandas de mercado disponibilizamos aos nossos empregados a participação em **cursos abertos, palestras, seminários, congressos e outras ações** visando a qualificação profissional. Nesse trimestre foram realizados *webinars* com foco nas áreas comerciais, financeiras, inovação e de recursos humanos; cursos preparatórios e exames de certificação em CPA10; CPA20; CFG; CGA; Certificação ISFS *Information Security*; cursos de capacitação e desenvolvimento nas áreas de Sustentabilidade GRI (*Global Reporting Initiative*), ESG (*Environmental, Social and Governance*) em Bancos, Linhas de Financiamento, Treinamento de Prevenção e Combate ao Incêndio, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Privacidade e Proteção de Dados, Gestão de Projetos, entre outros.

Concomitante a essas ações também investimos na qualificação dos empregados por meio de subsídio parcial a cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e idiomas. Nesse primeiro trimestre investimos R\$23,5 mil no **Programa de Incentivo ao Aprendizado de Idiomas** e R\$132,1 mil no **Programa de Qualificação Superior**. Além disso estamos avaliando o incremento de R\$1,0 milhão referente aos novos pedidos de incentivo no primeiro semestre de 2022.

Também desenvolvemos uma ação focada nos **cursos obrigatórios**, com o objetivo de aumentar o número de colaboradores capacitados em temas importantes, pelos quais somos monitorados por legislações específicas.



No âmbito da educação estão previstos os seguintes novos cursos:

- 1. Linhas de Financiamentos para Inovação**
- 2. Programas de Capacitação em Investimentos**
- 3. Programa Primeira Gerência**
- 4. Programa de Mentoria**
- 5. Especialização da Alta Liderança**

AÇÕES E PROGRAMAS AMBIENTAIS, CULTURAIS E DE APOIO À COMUNIDADE



1. **Programa Sementes** contribuiu com a subsistência das famílias e com o desenvolvimento da região sul do país, além da visibilidade para a importância de se plantar e obter o alimento por meio de hortas agroecológicas. No primeiro trimestre de 2022, foram beneficiadas 284 famílias de agricultores, com a distribuição de 6,0 milhões de sementes.
2. Já o **Projeto Pescar Banrisul** oferece, anualmente, a 20 jovens entre 16 e 19 anos, o curso de Iniciação Profissional em Serviços Administrativos, ministrado por instrutores voluntários do Banrisul, iniciou sua 19ª turma em março de 2022, em modelo híbrido de aprendizagem, com aulas na modalidade *online* e presencial.
3. O **Programa Jovem Aprendiz** possibilita a inserção de jovens entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho. Para viabilizar esse programa, mantemos convênio com oito instituições formadoras, disponibilizando até 400 vagas para que os jovens, em situação de vulnerabilidade social, possam se desenvolver, adquirir conhecimentos e experiências para seu primeiro emprego.
4. Visando a excelência no atendimento aos nossos clientes e à legislação vigente, tiveram início mais duas turmas do curso de **Atualização em Libras**, com carga horária de 80h cada. Participam dessa atualização, buscando fortalecer o domínio e aplicabilidade da língua junto às pessoas surdas e/ou ensurdecidas, com objetivo de aprimorar o atendimento a públicos vulneráveis.
5. Atuamos como **agente do desenvolvimento social nas comunidades** onde estamos presentes promovendo, por meio de apoio e patrocínios, eventos na capital e no interior do Estado do Rio Grande do Sul como patrocinador. Desta forma atuamos em diversos projetos importantes para a comunidade no âmbito cultural, esportivo, educacional, de cunho socioambiental e de benefício à saúde. Parte desses projetos é patrocinada com a utilização de benefícios fiscais concedidos pelas leis federais de incentivo à cultura e ao esporte.

Ao apoiar eventos, projetos culturais e sociais reforçamos nosso papel junto à comunidade. No primeiro trimestre de 2022 apoiamos diversos eventos que movimentaram a economia e possibilitaram a geração de emprego e renda para as comunidades, dentre eles:

- ✓ **Futsal social**, em Novo Hamburgo que atende 300 crianças de 06 a 11 anos e 300 adolescentes de 12 a 18 anos;
- ✓ **Projeto Social da Associação Esportiva Uruguaiana de Futsal**, em Uruguaiana, para atender 100 meninos carentes; além de feiras da agricultura familiar ExpoAgro Afubra e Expodireto;
- ✓ **Casa de Cultura Mario Quintana**, mantivemos o patrocínio que promove diversas atividades culturais para a população, a maioria de forma gratuita.

AGRADECIMENTOS

Apesar das incertezas no cenário mundial, o Banrisul permanece no caminho de promover os setores produtivos em todos os segmentos nas comunidades onde atua, alicerçado no comprometimento do seu time de colaboradores e na confiança de seus investidores e clientes, os quais agradecemos a parceria que nos torna mais fortes para enfrentar e vencer as adversidades.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Disponibilidades	7	1.456.979	1.464.768
Ativos Financeiros		97.446.983	98.187.869
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	8	9.402.253	9.738.751
Ao Custo Amortizado		81.232.745	79.006.788
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9	8.153.988	5.844.298
Títulos e Valores Mobiliários	10	28.347.838	29.766.616
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	11	42.501.853	41.157.694
(Provisão para Perda Esperada)	11b	(2.611.660)	(2.554.019)
Outros Ativos Financeiros	15	4.840.726	4.792.199
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		18.033	16.268
Títulos e Valores Mobiliários	12	18.033	16.268
Ao Valor Justo por meio do Resultado		6.793.952	9.426.062
Títulos e Valores Mobiliários	13	6.793.952	8.584.162
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	-	841.900
Outros Ativos	16	1.367.024	1.355.070
Bens Destinados à Venda		135.850	144.802
Outros		1.231.174	1.210.268
Ativos Fiscais		3.367.915	3.098.237
Correntes		171.924	109.439
Diferidos	24	3.195.991	2.988.798
Investimentos		169.250	154.439
Investimentos em Coligadas	17	161.466	146.655
Outros Investimentos		7.784	7.784
Imobilizado de Uso	18	755.283	767.140
Imobilizações de Uso		1.603.447	1.584.248
(Depreciação Acumulada)		(848.164)	(817.108)
Intangível	19	736.987	741.152
Ativos Intangíveis		1.806.850	1.762.053
(Amortização Acumulada)		(1.069.863)	(1.020.901)
TOTAL DO ATIVO		105.300.421	105.768.675

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Valores em Milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros		91.131.791	91.805.139
Ao Custo Amortizado		89.261.944	86.867.596
Depósitos	20	62.893.936	64.277.380
Captações no Mercado Aberto	20	13.760.775	10.721.736
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	20	1.835.551	1.738.001
Obrigações por Repasses	20	1.406.159	1.394.823
Obrigações por Empréstimos	20	934.107	1.021.299
Outros Passivos Financeiros	23	8.431.416	7.714.357
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.749.800	4.825.958
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	546.505	136.170
Dívidas Subordinadas	21	1.203.295	4.689.788
Provisão para Perda Esperada		120.047	111.585
Compromissos de Empréstimos		109.195	93.328
Garantias Financeiras		10.852	18.257
Provisões	22	2.443.075	2.315.530
Passivos Fiscais		671.645	608.811
Correntes		191.225	207.516
Diferidos	24	480.420	401.295
Outros Passivos	25	2.062.389	1.950.597
TOTAL DO PASSIVO		96.308.900	96.680.077
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26	8.991.521	9.088.598
Capital Social		5.200.000	5.200.000
Reservas de Capital		4.511	4.511
Reservas de Lucros		3.888.443	3.888.443
Outros Resultados Abrangentes		(90.804)	(6.722)
Resultado Acumulado		(16.452)	-
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		8.985.698	9.086.232
Participação dos Acionistas Não Controladores		5.823	2.366
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		105.300.421	105.768.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

(Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

	Nota	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Receitas com Juros e Similares		2.705.645	1.571.361
Despesas com Juros e Similares		(1.389.940)	(879.793)
Receita Líquida com Juros e Similares	27	1.315.705	691.568
Receita de Dividendos		146	38
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	28	(353.173)	446.460
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira		4.899	(42.598)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	29	493.663	483.043
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		(240.627)	(156.117)
(Perda) Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(232.093)	(141.662)
(Perda)/Reversão Esperada com demais Ativos Financeiros		(8.534)	(14.455)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.159.479)	(1.108.604)
Despesas de Pessoal	30	(510.582)	(491.927)
Outras Despesas Administrativas	31	(386.012)	(357.981)
Despesas Tributárias		(110.384)	(117.941)
Resultado de Participação em Coligadas	17	16.750	10.251
Outras Receitas Operacionais	32	94.765	88.642
Outras Despesas Operacionais	33	(264.016)	(239.648)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		61.134	313.790
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	34	57.681	(78.523)
Corrente		(72.125)	(156.394)
Diferido		129.806	77.871
Lucro Líquido do Período		118.815	235.267
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		118.652	235.195
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		163	72
Lucro por Ação	35		
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais - R\$)			
Ações Ordinárias		0,29	0,58
Ações Preferenciais A		0,29	0,58
Ações Preferenciais B		0,29	0,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas	118.815	235.267
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2.092	(3.581)
Variação de Valor Justo	3.610	(5.969)
Efeito Fiscal	(1.518)	2.388
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	(86.174)	51.197
Resultado Abrangente do Período, Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social	(84.082)	47.616
Total do Resultado Abrangente do Período, Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social	34.733	282.883
Resultado Abrangente Atribuível aos Controladores	34.570	282.811
Resultado Abrangente Atribuível aos Não Controladores	163	72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos Acionistas da Controladora										Total Banrisul Consolidado
		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total Banrisul	Participação de Não Controladores	
				Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros					
Saldo em 01 de janeiro de 2021		5.200.000	4.511	632.650	2.250.943	297.072	23.199	(159.958)	-	8.248.417	2.153	8.250.570
Outros Resultados Abrangentes												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	(3.581)	-	(3.581)	-	(3.581)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	51.197	-	51.197	-	51.197
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	75
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	1.451	1.451	-	1.451
Lucro Líquido do Período	26c	-	-	-	-	-	-	-	235.195	235.195	-	235.195
Destinação do Lucro Líquido												
Juros sobre o Capital Próprio	26c	-	-	-	-	-	-	-	(93.050)	(93.050)	-	(93.050)
Saldo em 31 de março de 2021		5.200.000	4.511	632.650	2.250.943	297.072	23.199	(112.342)	143.596	8.439.629	2.228	8.441.857
Saldo em 01 de janeiro de 2022		5.200.000	4.511	680.076	2.488.077	720.290	-	(6.722)	-	9.086.232	2.366	9.088.598
Outros Resultados Abrangentes												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	2.092	-	2.092	-	2.092
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	(86.174)	-	(86.174)	-	(86.174)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.457	3.457
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	1.450	1.450	-	1.450
Lucro Líquido do Período	26c	-	-	-	-	-	-	-	118.652	118.652	-	118.652
Destinação do Lucro Líquido												
Juros sobre o Capital Próprio	26c	-	-	-	-	-	-	-	(136.554)	(136.554)	-	(136.554)
Saldo em 31 de março de 2022		5.200.000	4.511	680.076	2.488.077	720.290	-	(90.804)	(16.452)	8.985.698	5.823	8.991.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		61.134	313.790
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			
Depreciação e Amortização		86.796	84.581
Resultado de Participações em Coligadas		(16.750)	(10.251)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada		(466.788)	268.734
Perda Esperada de Ativos Financeiros		232.093	156.117
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis		171.603	161.725
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes a Caixa		39.970	(15.315)
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		108.058	959.381
Variação de Ativos e Obrigações		4.118.875	662.474
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		238.336	(153.291)
Redução em Depósito Compulsório no Banco Central		336.498	281.391
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo no Resultado		1.591.853	(987.197)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos		1.252.235	(131.668)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(1.563.993)	635.267
(Aumento) em Outros Ativos Financeiros		(48.527)	(931)
(Aumento) em Ativos Fiscais		(139.872)	(74.462)
(Aumento) em Outros Ativos		(8.876)	(121.333)
(Redução) em Provisões		(44.058)	(72.937)
(Redução) em Depósitos		(1.371.501)	(1.479.986)
Aumento em Captações no Mercado Aberto		3.039.039	2.657.362
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		97.550	(520.696)
(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(75.856)	(44.511)
Aumento em Outros Passivos Financeiros		710.167	530.961
Aumento em Outros Passivos		75.414	77.237
Aumento em Passivos Fiscais		172.852	140.267
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(142.386)	(72.999)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.226.933	1.621.855
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos Recebidos de Coligadas		-	27.400
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.765)	5
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado Títulos e Valores Mobiliários		1.418.778	(719.835)
Alienação de Investimentos		-	3.637
Alienação de Imobilizado de Uso		1.047	2.049
Aquisição de Investimentos		(1.451)	(46)
Aquisições de Imobilizado de Uso		(10.485)	(28.147)
Aplicação no Intangível		(45.670)	(34.650)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.360.454	(749.587)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dívidas Subordinadas		-	1.686.539
Pagamento Resgate/Juros das Dívidas Subordinadas		(3.019.705)	(120.436)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(136.554)	(145.050)
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores		3.457	75
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.152.802)	1.421.128
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA		2.434.585	2.293.396
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	7	6.630.255	6.979.678
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes a Caixa		(92.705)	42.963
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	7	8.972.135	9.316.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”, “Instituição”), principal empresa do Grupo, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de Banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 - 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas para o período apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 06 de maio de 2022.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banrisul foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e Resolução nº 4.818/20, em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o exercício. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 04.

2.2. Principais Alterações e Pronunciamentos Emitidos

(a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de março de 2022

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro” e IFRS 16 “Arrendamentos” Reforma de taxa de juros – Fase 2 (a partir de 1º de janeiro de 2021).

As alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as Demonstrações Financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). As alterações da Fase 2 fornecem alívios temporários adicionais da aplicação de requisitos específicos de contabilidade de hedge do IAS 39 e do IFRS 9 às relações de hedge diretamente afetadas pela reforma da IBOR. Data efetiva da alteração: 1º de janeiro de 2021.

- Alteração à IFRS 16, 'Arrendamentos' - concessões de aluguel relacionadas ao Covid-19 Prorrogação do expediente prático (a partir de 1º de abril de 2021).

Em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foram concedidas concessões de aluguel aos arrendatários. Em maio de 2020, o IASB publicou uma emenda à IFRS 16 que forneceu um expediente prático opcional para os arrendatários avaliarem se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação de arrendamento. Em 31 de março de 2021, o IASB publicou uma alteração adicional para estender a data do expediente prático de 30 de junho de 2021 para 30 de junho de 2022. Os arrendatários podem optar por contabilizar tais concessões de aluguel da mesma forma que fariam se não fossem modificações de arrendamento. Em muitos casos, isso resultará na contabilização da concessão como pagamentos variáveis de arrendamento no(s) período(s) em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento reduzido.

O Banrisul não identificou impactos relevantes relacionados à prorrogação do expediente prático.

Assim sendo, as implementações acima não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

(b) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis em Períodos Futuros

IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
- *Variable Fee Approach*: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis - Esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos existentes no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de uma renúncia ou violação de um acordo). A alteração também esclarece o que a IAS 1 significa quando se refere à “liquidação” de um passivo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros - Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações na IAS 12 - Tributos sobre o lucro - Exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banrisul.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e os fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(a) Controladas - são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banco possui controle sobre a investida quando está exposto, ou tem direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

	Atividade	Participação Total	
		31/03/2022	31/12/2021
Empresas Controladas			
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Meios de Pagamentos	99,78%	99,78%
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00%	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

(b) Coligadas - são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por valor não recuperável) identificado na aquisição.

	Atividade	Participação Total	
		31/03/2022	31/12/2021
Empresas Coligadas			
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%	49,99%

(c) Transações com Participações de Não Controladores - o Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido, no Balanço Patrimonial Consolidado. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no Patrimônio Líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

(d) Saldos e Transações Eliminadas na Consolidação - Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

3.2. Conversão de Moeda Estrangeira

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Transações e Itens do Balanço Patrimonial - As transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado. As variações cambiais de investimentos no exterior são registradas na demonstração do resultado abrangente.

(c) Conversão para Moeda de Apresentação - As Demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço e (ii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido, compondo o resultado abrangente.

3.3. Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas Disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

3.4. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Banrisul são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com os modelos de negócios, ao Custo Amortizado, ao Valor Justo por meio do Resultado e ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Banrisul classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

- ✓ Ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*);
- ✓ Inicialmente reconhecido pelo valor contratado adicionado aos custos de transação; e
- ✓ Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- ✓ Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*), quanto para a venda;
- ✓ Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
- ✓ Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- ✓ Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- ✓ Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- ✓ Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado; e
- ✓ Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- ✓ O modelo de negócios no qual são administrados; e
- ✓ As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Modelo de Negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: (i) obter fluxos de caixa contratuais; (ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banrisul considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do Banrisul, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios (i) e (ii) é necessária a aplicação do SPPI *Test*.

SPPI *Test*: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 5.7.

O valor justo é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo. Dividendos sobre ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do Banrisul de receber tais dividendos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Perda de Crédito Esperada

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira:

Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber; e

Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar.

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio com base na extensão da deterioração do crédito desde a originação conforme segue:

Estágio 1: Desde o reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar às perdas de crédito resultantes de prováveis *defaults* esperados ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.

Estágio 2: Após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar às perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.

Estágio 3: Os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso - 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá retornar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos, conforme estudo efetuado pelo Banrisul.

Definição de *Default* e *Write-Off*

O IFRS 9 não define o *default*, mas contém uma presunção refutável de que o *default* ocorra quando uma exposição é superior a 90 dias de atraso, parâmetro este utilizado pelo Banco. Os ativos são baixados quando não existem mais expectativas razoáveis de recuperar os fluxos de caixa contratuais sobre a totalidade ou parte do ativo financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários

Os fatores macroeconômicos compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Conforme o IFRS 9, tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são desta forma incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

(b) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas de acordo com os seus modelos de negócio e mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Os passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e longo prazo que são inicialmente reconhecidas pelo seu valor contratado, adicionado aos custos de transação.

Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como valor justo por meio do resultado, a dívida subordinada por ser objeto de *hedge*, dessa forma, é classificada nessa categoria.

(c) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser negociados.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

O Banrisul continua aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39, conforme faculdade prevista no IFRS 9.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul possui derivativo designado como *hedge* de valor justo e não possui instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge accounting* de investimento líquido no exterior.

Para qualificar os instrumentos financeiros derivativos como contabilidade *hedge* ou *hedge accounting* todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- (i)** No início do *hedge*, existem designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e da estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- (ii)** Espera-se que o *hedge* seja altamente efetivo quanto as alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- (iii)** A efetividade do *hedge*, isto é, a variação no valor justo ou os fluxos de caixa do item protegido que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos; e
- (iv)** O *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os exercícios das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para os quais o *hedge* foi designado.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 14.

Hedge de Valor Justo - são classificados nessa categoria certos instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nessa categoria os derivativos contratados com o objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriundo da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de US\$300 milhões, com vencimento em 28 de janeiro de 2031, com opção de recompra em cinco anos, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum* desta emissão, descrito na Nota 21.

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- (i) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado como Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros; e
- (ii) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível à parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, ela deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil e o ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(e) Operações de Crédito

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de apuração das perdas esperadas de crédito.

(f) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, no qual o Banrisul atua como arrendador, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um recebível na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, conforme a Nota 11.

Os custos diretos iniciais, quando incorridos pelo Banrisul, são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banrisul e é feito na rubrica Receita com Juros e Similares.

(g) Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação, no grupo Passivos Financeiros, na rubrica Provisão para Perda Esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão se, com base na melhor estimativa, concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos a amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

3.5. Investimentos em Coligadas

Os investimentos em coligadas são inicialmente reconhecidos pelo valor de custo e subsequentemente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor dos lucros ou prejuízos do período ou dos outros resultados abrangentes da coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, sendo reconhecidos no resultado do período ou em outros resultados abrangentes, respectivamente.

O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

3.6. Impairment de Ativos não Financeiros - os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.7. Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60
Instalações	25
Equipamentos em Uso	18
Outros	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

3.8. Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

O Banrisul é arrendatário, principalmente, de bens imóveis para realização de suas atividades operacionais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Passivos Financeiros, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Despesa com Juros e Similares na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os contratos de arrendamento possuem vigências em sua maioria de 60 ou 120 meses.

O valor total pago no trimestre a título de arrendamento mercantil é de R\$27.807.

3.9. Ativo Intangível

É composto basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos inicialmente pelo custo. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Folhas de Pagamento	5 a 10
Softwares	8

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

(i) Setor Público: referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e demais órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos;

(ii) Setor Privado: referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que o valor recuperável estimado, e é revisado anualmente.

3.10. Bens Destinados à Venda

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado no momento de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Esses ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Outras Despesas Operacionais. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do balanço, que devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do imposto for realizado ou liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda com os ganhos e as perdas diferidos.

3.12. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando: o Banrisul tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com o IAS 37, sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A seguir, o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

(i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos; e

(ii) Provisões e Passivos Contingentes - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

3.13. Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

(a) Obrigações de Aposentadoria - o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio Aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(b) Participação nos Lucros - o Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica Despesas de Pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banco reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.14. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

3.15. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. A cada Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária são definidos os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social e dos dividendos adicionais e são contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nestas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP").

3.16. Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. Como instrumentos financeiros potencialmente dilutivos temos as ações preferenciais conversíveis, as debêntures conversíveis e os bônus de subscrição, que podem ser convertidos em ações ordinárias, caracterizando, assim, o próprio potencial dilutivo desses instrumentos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, e, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

3.17. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas dentro de Receitas com Juros e Similares e Despesas com Juros e Similares na Demonstração do Resultado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é aquele utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, resulta no valor contábil líquido do

ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

3.18. Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na Demonstração do Resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.19. Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

Os serviços relacionados à conta corrente, taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias está detalhada na Nota 29.

3.20. Segmentos Operacionais

A Administração do Banrisul trata os negócios Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria como segmentos operacionais distintos. A avaliação dos negócios é gerida de forma segmentada, a partir de relatórios específicos utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisadas periodicamente pela Diretoria.

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Diretoria Executiva, conforme Nota 06.

NOTA 04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos divulgados. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros não Cotados em Mercado Ativo - o valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos é determinado por meio de técnicas de avaliação (por exemplo, modelos) que são validadas e periodicamente revisadas por pessoal qualificado independente da área que as criou. Antes de serem utilizados, todos os modelos são certificados e validados para assegurar que os resultados reflitam dados reais e preços de mercado comparativos. Em termos práticos, os modelos usam apenas dados observáveis; no entanto, áreas com volatilidade e correlações de risco de crédito (próprias e da contraparte) requerem estimativas por parte da Administração. Alterações nas premissas construídas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo divulgado de instrumentos financeiros.

(b) Planos de Pensão de Benefício Definido - o valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de

planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 29/12/2021 conforme a *duration* de cada plano.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 36.

(c) Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas - o Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 22.

(d) Perdas de Crédito Esperada - o Banrisul avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banco considera o período contratual máximo sobre o qual o mesmo está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, que a vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banco espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banco mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito - para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banco compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem, usando indicadores de risco chave dos processos de gerenciamento de riscos existentes do Banco. Em cada data de reporte, a identificação de mudança no risco de crédito será avaliada individualmente para aqueles considerados individualmente significativos, e com a utilização de modelos massificados no nível de portfólio. Essa avaliação permite que o risco de crédito dos ativos financeiros volte para o estágio 1 se o aumento do risco de crédito desde a origem tiver diminuído e já não for considerado significativo.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, conforme descrito na Nota 3.4 (a).

Cenários Macroeconômicos - essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Transferência de Ativos Financeiros - os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa.

Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Baixa de Ativos Financeiros - quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

NOTA 05 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS

A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de (i) monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e (ii) identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição.

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional - CMN determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen enquadradas no Segmento 1 - S1, no Segmento 2 - S2, no Segmento 3 - S3, no Segmento 4 - S4 ou no Segmento 5 - S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos.

O Banrisul encontra-se enquadrado no S2, nos termos da Resolução nº 4.553/17 do CMN. As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB, de liquidez, operacional, social, ambiental, climático e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pela Instituição, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição são processos contínuos nesse escopo.

5.1. Estrutura Integrada de Gestão

A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGRC, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, com o suporte da Diretoria de Controle e Risco. As informações produzidas pela Unidade subsidiam o Comitê de Riscos (órgão consultivo do Conselho de Administração) e demais Comitês de Gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável pela UGRC e o Conselho de Administração é o responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos do Banrisul abrange as empresas integrantes do Conglomerado Prudencial (definido conforme a Resolução nº 4.280/16 do CMN: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), considerando-as no conjunto e individualmente. Este processo também identifica e acompanha os riscos associados às demais empresas do Grupo Banrisul, controladas pelos integrantes do Conglomerado, ou das quais tenham participação.

As estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos são revisadas com periodicidade mínima anual e estão disponíveis no site de Relações com Investidores <www.banrisul.com.br/ri>, no caminho Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos, bem como outros relatórios públicos relativos à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco - RWA, do patrimônio de referência - PR e da razão de alavancagem - RA.

5.2. Declaração de Apetite por Riscos

O Apetite por Riscos é definido pelo BIS (*Bank for International Settlements*) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução nº 4.557/17 do CMN determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos - RAS.

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pela instituição, realiza o acompanhamento e controle rigorosos para que permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma cada nível da operação da organização desempenha um papel no tocante da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

Assim, a Declaração de Apetite por Riscos é uma ferramenta essencial no gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, operacional, de mercado, de liquidez, social, ambiental e climático, que busca a integração e o encadeamento dos processos de gestão.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. Objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação a estratégia traçada pela Instituição.

5.3. Linhas de Defesa

A gestão de riscos e controles é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. Todos os empregados da Instituição, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos da instituição.

A **1ª Linha de Defesa** é atribuída às funções que gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, e devem assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

A **2ª Linha de Defesa** é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle da Instituição. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

A **3ª Linha de Defesa** é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Alta Administração e aos Órgãos de Governança.

5.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A definição de risco de crédito inclui ainda o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, até as esferas diretivas e seus comitês de crédito e de risco da Direção Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física - PF ou Pessoa Jurídica - PJ, atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização de controles fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

A seguir, o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banco segmentado por região geográfica, setor de atividade e tipo de exposição:

(a) Montante das Operações Segmentado por Região Geográfica

Região	31/03/2022	31/12/2021
Rio Grande do Sul	32.962.855	31.912.390
Sureg Alto Uruguai	3.509.285	3.463.802
Sureg Centro	2.972.733	2.843.246
Sureg Fronteira	4.181.689	4.013.299
Sureg Leste	4.125.002	3.985.607
Sureg Noroeste	3.380.376	3.225.460
Sureg Poa Centro	3.764.994	3.684.628
Sureg Porto Alegre	4.087.238	3.969.506
Sureg Serra	3.444.323	3.329.369
Sureg Sul	3.473.098	3.382.312
Demais	24.117	15.161
Outros Estados	2.305.053	2.190.821
Distrito Federal	48.924	51.193
Minas Gerais	4	4
Paraná	226.716	199.402
Rio de Janeiro	122.843	131.392
Santa Catarina	1.427.914	1.316.157
São Paulo	478.652	492.673
Exterior	123.204	149.145
Agência Digital	43.303	39.154
Canal Bem Promotora	7.067.438	6.866.184
Total	42.501.853	41.157.694

(b) Montante das Operações Segmentado por Setor de Atividade

	31/03/2022	31/12/2021
PESSOA FÍSICA	32.279.489	31.228.844
PESSOA JURÍDICA	10.222.364	9.928.850
Privado	10.113.448	9.819.605
Adm Pública e Internacional	1	3
Agropecuário	166.392	157.230
Alimentos, Bebidas e Fumo	1.377.416	1.428.878
Automotivo	450.039	394.772
Celulose, Madeira e Móveis	208.908	201.453
Comércio Atacadista Alimentos	763.425	723.876
Comércio Atacadista exceto Alimentos	692.403	656.660
Comércio Varejista - Outros	1.060.692	1.003.249
Comunicação	45.609	47.079
Construção e Imobiliário	720.959	719.696
Educação, Saúde e outros Serviços Sociais	993.803	1.025.433
Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	60.094	55.899
Eletroeletrônico e Informática	339.399	350.109
Financeiro e Seguros	396.207	423.803
Hotéis e Restaurantes	192.967	188.108
Máquinas e Equipamentos	313.127	265.830
Metalurgia	387.966	304.044
Mineração	12.654	10.809
Obras de Infraestrutura	43.818	42.215
Petróleo e Gás Natural	400.998	398.719
Químico e Petroquímico	560.855	521.689
Serviços Privados	353.345	334.628
Têxtil, Confecções e Couro	277.938	265.386
Transportes	294.197	299.826
Demais	236	211
Público	108.916	109.245
Total	42.501.853	41.157.694

(c) Montante das Operações Segmentado por Tipo de Exposição

	31/03/2022	31/12/2021
Pessoa Física	32.279.489	31.228.844
Crédito Rural	4.041.808	3.870.247
Imobiliário	4.344.803	4.075.959
Consignado	18.968.654	18.510.161
Veículos e Arrendamento Mercantil	9.802	10.321
Cartão de Crédito	1.692.490	1.737.604
Outros	3.221.932	3.024.552
Pessoa Jurídica	10.222.364	9.928.850
Crédito Rural	959.528	966.388
Investimento	2.964.918	2.856.458
Importação e Exportação	1.088.306	1.075.179
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	3.606.907	3.416.645
Outros	1.602.705	1.614.180
Total	42.501.853	41.157.694

5.4.1. Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoreagem (*Application Score* e *Behaviour Score*) oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos.

A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito das Agências podem deferir/indeferir operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores às dos Comitês de Crédito das Agências as operações e Limites de Risco - LR são deferidos pelos comitês de crédito e de risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LRs de operações em montantes que não ultrapassem 3% do patrimônio líquido, e operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração - CA, obedecendo os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição.

Para o segmento Corporate, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões

periódicas. Ainda, continuamente são construídos cenários econômicos, e inseridas as empresas nesses ambientes, de maneira a permitir a continuidade da oferta de crédito observando custo de oportunidade e spread. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo CA.

As operações de crédito, contempladas ou não nos modelos de escoragem, são classificadas em ordem crescente de risco, contemplando aspectos em relação ao devedor e a seus garantidores e em relação à operação. Em relação ao devedor e a seus garantidores, são avaliados: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito. Em relação à operação de crédito, são considerados: o valor, a natureza e a finalidade da transação, além das características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez. As operações de crédito são acompanhadas pela Unidade de Política de Crédito e Análise de Risco para identificação do rating mínimo em razão do maior atraso. Todas as operações dos clientes possuem ratings calculados, que adicionados ao mínimo, resultam na maior classificação de risco para o cliente.

As operações de captação externa efetuadas pelo Banrisul envolvem Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD na modalidade swap. A utilização destes instrumentos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da captação.

É facultado às contrapartes não exigir garantia para a operação até determinado valor, criando-se assim, uma exposição ao risco de crédito. Nesse caso, surge a necessidade de estabelecer um Limite de Margem até o qual a exposição ficará descoberta, não ocorrendo constituição de margem de garantia. Até o Limite de Margem não é necessário constituir garantia, uma vez ultrapassado, ocorrerá chamada de margem devendo a contraparte perdedora constituir a garantia.

5.4.2. Monitoramento, Controle e Mitigação

Para todos os segmentos de clientes, são realizadas análises dos indicadores de atraso, pendência e volume de concessão, em diversas granularidades e agrupamentos, como por produto, classificação de risco, concentração de crédito, agência, entre outros. Ressalta-se que a classificação das operações de crédito nos níveis adequados de risco é revista frequentemente. Também são efetuadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação; além de acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Banco Central e pela própria Instituição; procedimentos de Backtesting de Provisão e de Garantia Real mediante acompanhamento de safra e; Testes de Estresse da Carteira de Crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

A mitigação do risco de crédito ocorre a partir da estruturação de garantias e da precificação, adequadas ao nível de risco a ser incorrido em razão das características do tomador e da operação, no momento da concessão.

Fundamentado na Circular nº 3.809/16 do Bacen, o Banrisul considera como instrumento mitigador de risco de crédito: o colateral financeiro, o acordo bilateral para compensação e liquidação de obrigações, a garantia fidejussória e o derivativo de crédito. Ainda, considera como garantia i) o repasse de descontos em folha de pagamento ou em benefícios de aposentadoria e pensão por morte, realizado por instituições governamentais federais ou pelo Ministério Público da União, vinculado a operações de crédito consignado, exceto exposições decorrentes de operações de cartão de crédito consignado e ii) a operação com instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, bem como títulos e valores mobiliários por elas emitidos.

O Banco implementa orientações e políticas já consolidadas sobre a aceitação de classes específicas de garantias, firmadas nos contratos de crédito, como, por exemplo, o direito de vender ou reapresentar a garantia na ausência de cumprimento por parte do devedor de suas obrigações. Cabe salientar que o controle das garantias ocorre durante todo o andamento da operação, recompondo-a quando assim se fizer necessário, e baixando o excedente no seu encerramento. Para os casos de execução das garantias atreladas a um contrato insolvente, é realizada a devida retomada dos bens garantidos pela contraparte, efetuando, posteriormente, a venda deles por meio de leilões. Excepcionalmente, a garantia pode ser considerada de difícil conversão em valores monetários. Essa contextualização leva em conta a ocorrência de contingências que impossibilitem a realização

dessa garantia, como, por exemplo, a ocorrência de fenômenos naturais, a obsolescência e/ou deterioração desses bens, tornando inviável a sua liquidez no mercado.

5.4.3. Políticas de Provisionamento

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, através de análise individualizada ou de forma coletiva.

A política operacional exige a avaliação dos ativos financeiros individuais trimestralmente, ou quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Esse tratamento é aplicável às operações de crédito individualmente relevantes para a entidade. Para ativos financeiros avaliados coletivamente, definidos por grupos de ativos financeiros associados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, a avaliação é realizada trimestralmente.

No Banrisul, as provisões para perdas esperadas sobre contas individualmente avaliadas são determinadas mediante avaliação caso a caso, onde são utilizadas informações prospectivas e de mercado. São consideradas exposições individualmente significativas operações de créditos de clientes com saldo superior ao nível mínimo de alçada de aprovação no Comitê de Risco da Direção Geral, alinhado a critérios de atraso e *rating*.

Provisões para perdas esperadas avaliadas coletivamente são estabelecidas para carteiras de ativos homogêneos que individualmente não são significativos, levando em consideração seu comportamento histórico, projeções de cenários macroeconômicos e técnicas de estatísticas.

5.4.4. Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes das Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	83.918.110	81.635.742
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.154.044	5.845.434
Títulos e Valores Mobiliários	28.371.013	29.788.639
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	42.501.853	41.157.694
Outros Ativos Financeiros	4.891.200	4.843.975
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.033	16.268
Títulos e Valores Mobiliários	18.033	16.268
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	6.793.952	9.426.062
Títulos e Valores Mobiliários	6.793.952	8.584.162
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	841.900
Off Balance	16.273.838	16.292.757
Garantias Financeiras	255.983	185.626
Crédito Imobiliário	317.106	295.951
Cheque Especial	4.743.837	4.859.470
Cartão de Crédito	3.446.705	3.296.067
Limites Pré-Dados Eletrônico - Banricompras	4.033.527	3.984.385
Limites Pré-Aprovados Parcelados - Crédito 1 Minuto	2.736.601	2.762.134
Outros Limites Pré-Aprovados	740.079	909.124
Total	107.003.933	107.370.829

5.4.5. Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, estão resumidas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Perda de Crédito Esperada	Carteira de Crédito	Perda de Crédito Esperada	Carteira de Crédito	Perda de Crédito Esperada	Carteira de Crédito	Perda de Crédito Esperada
31/03/2022	29.658.839	451.591	2.016.925	136.381	604.487	487.143	32.280.251	1.075.115
Pessoa Física								
Cartão de Crédito	1.614.403	8.067	33.786	802	44.037	44.028	1.692.226	52.897
Crédito Consignado	18.560.053	288.475	210.406	29.500	330.441	264.567	19.100.900	582.542
Crédito Pessoal - não Consignado	1.825.878	84.832	79.491	27.569	136.574	113.064	2.041.943	225.465
Crédito Imobiliário	4.212.161	28.311	119.911	752	12.730	7.468	4.344.802	36.531
Crédito Rural e Desenvolvimento	2.689.221	25.911	1.338.478	10.287	16.181	8.845	4.043.880	45.043
Outros	757.123	15.995	234.853	67.471	64.524	49.171	1.056.500	132.637
Pessoa Jurídica	8.213.662	341.246	1.749.749	972.640	258.191	222.659	10.221.602	1.536.545
Câmbio	1.101.221	57.847	110.289	69.476	-	-	1.211.510	127.323
Capital de Giro	2.648.599	147.667	432.798	179.640	46.742	36.441	3.128.139	363.748
Conta Empresarial/ Garantida	373.338	68.551	5.650	2.023	19.847	14.498	398.835	85.072
Crédito Imobiliário	114.309	146	50.691	17.161	65.510	62.792	230.510	80.099
Crédito Rural e Desenvolvimento	3.382.944	24.294	355.600	21.546	24.383	13.406	3.762.927	59.246
Outros	593.251	42.741	794.721	682.794	101.709	95.522	1.489.681	821.057
Total em 31/03/2022	37.872.501	792.837	3.766.674	1.109.021	862.678	709.802	42.501.853	2.611.660
Total em 31/12/2021	37.100.022	665.898	3.175.341	1.150.406	882.331	737.715	41.157.694	2.554.019

Estágio 1 - são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	31/03/2022	31/12/2021
Não vencidos	37.836.958	36.663.139
Vencidos em até 30 dias	35.543	436.883
Total	37.872.501	37.100.022

	31/03/2022	31/12/2021
Avaliação Coletiva	37.263.517	37.026.894
Avaliação Individual	608.984	73.128
Total	37.872.501	37.100.022

Estágio 2 - são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso entre 30 e 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito. Estes critérios são aplicados tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

	31/03/2022	31/12/2021
Não Vencidos	3.234.856	2.847.375
Vencidos em até 30 dias	107.946	28.595
Vencidos de 31 a 60 dias	276.468	200.618
Vencidos de 61 a 90 dias	147.404	98.753
Total	3.766.674	3.175.341

	31/03/2022	31/12/2021
Avaliação Coletiva	2.635.694	2.006.781
Avaliação Individual	1.130.980	1.168.560
Total	3.766.674	3.175.341

Estágio 3 - são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração no crédito tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

	31/03/2022	31/12/2021
Não Vencidos	15.175	14.926
Vencidos em até 30 dias	5.748	4.245
Vencidos de 31 a 60 dias	5.812	6.603
Vencidos de 61 a 90 dias	6.920	6.214
Vencidos a mais de 90 dias	829.023	850.343
Total	862.678	882.331

	31/03/2022	31/12/2021
Avaliação Coletiva	703.855	684.164
Avaliação Individual	158.823	198.167
Total	862.678	882.331

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos - A análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes, excluídas instituições financeiras e dependências no exterior.

	31/03/2022	31/12/2021
Maior Devedor	7,67%	7,11%
Cinco Maiores Devedores	30,39%	28,17%
Dez Maiores Devedores	49,18%	46,71%
Vinte Maiores Devedores	71,11%	67,81%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas - atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

Após a renegociação, uma operação de crédito e arrendamento mercantil financeiro, mesmo que ainda não esteja vencida, tem seu prazo alterado e é retornada à condição de normalidade, e sua administração é efetuada com outras contas similares, renegociadas ou não.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

O total das operações de crédito renegociadas no primeiro trimestre de 2022 totalizaram R\$123.333 (1º trim/2021 - R\$59.321).

5.4.6. Retomadas de Garantias

Os ativos retomados são classificados e reconhecidos como ativo no efetivo registro da propriedade.

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado no momento de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Esses ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações periódicas que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (natureza do Ativo) no primeiro trimestre de 2022 totalizaram R\$9.802 (1º trim/2021 - R\$2.605).

5.5. Risco de Mercado

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, a Instituição estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banco, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação. A classificação é realizada da seguinte forma:

(a) Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

(b) Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Comunicação Interna

No intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado aos membros da alta administração periodicamente o Relatório de Risco de Mercado, e periodicamente ao Comitê de Gestão de Risco o relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco da Instituição. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação - IRRBB com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa

No intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado conforme Resolução nº 4.557/17 do CMN a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <http://ri.banrisul.com.br/banrisul/>.

5.5.1. Técnicas de Mensuração do Risco de Mercado

O Banrisul monitora o risco de mercado das suas operações por meio da utilização de metodologias como o Valor em Risco (VaR), *Maturity Ladder* o EVE - impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição, o NII - impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição e pela realização de análise de sensibilidade das carteiras. As metodologias de mensuração das exposições sujeitas a risco de mercado contemplam as seguintes métricas:

(a) Marcação a Mercado: para realizar o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos do consolidado, são utilizados os preços capturados diariamente na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - (Anbima) e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A partir desses preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* natural (ano em 252 dias úteis) para obter a taxa de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

(b) Value at Risk e Maturity Ladder: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações pré-fixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular nº 3.634/13 do Bacen. O *Value at Risk* ou VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor "máximo" que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio

(Pcam), a métrica utilizada é o *Maturity Ladder* que baseia-se no conceito de *Duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas circulares nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13 do Bacen, respectivamente.

(c) Abordagem de Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição. O Δ EVE é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O Δ EVE é o valor econômico da carteira bancária e sua capacidade de solvência e é obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. À essas curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

(d) Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição. O Δ NII é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira bancária (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano, somente. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

(e) Análise de Sensibilidade: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3), nas curvas de juros pré-fixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da Anbima e a cotação do dia do dólar Ptax venda/Bacen.

(f) Testes de Estresse Carteira de Negociação: a metodologia de análise de cenários permite avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar o risco de câmbio (PCAM), ações (PACS), o risco de Cupom de Índices de Preços (PJUR3) e exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (PJUR1) considerando as operações atuais do banco. As projeções das exposições são realizadas como segue: Para ações é calculada por meio de modelo quantitativo a partir de variáveis macroeconômicas; para exposições em taxas de juros pré-fixas por variações da taxa CDI; para exposições em Cupons de Índices de Preços por variações do IPCA e para câmbio é utilizada a flutuação cambial nas exposições de risco.

(g) Testes de Estresse Carteira Bancária: A metodologia de análise de cenários permite avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio. Os cenários desenvolvidos internamente para IRRBB no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse tem como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira bancária - IRRBB, em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do banco. Foi considerada a flutuação dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluímos as operações pós fixadas e efetuamos a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o Δ NII (principal métrica para determinação de suficiência de PR para este risco). As

metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos.

A seguir, apresentamos tabela com o resultado da análise de sensibilidade referente ao período findo em 31 de março de 2022.

Análise de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros	Moedas	Ações	
1	1%	32	3.177	207	3.416
2	25%	792	79.419	5.192	85.403
3	50%	1.578	158.837	10.384	170.799

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/03/2022.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/03/2022.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/03/2022.

O quadro acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$4,7378 de 31/03/2022 (PTAX venda - BACEN).

As análises de sensibilidade abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Definições:

Taxa de Juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação.

Moeda Estrangeira - Exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável - Exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, podemos identificar no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda, que representa aproximadamente 93% da perda esperada em cada cenário. O Cenário 3 corresponde a 65,8% do total da perda esperada. O Cenário 2 e Cenário 1, respectivamente, representam aproximadamente 32,9% e 1,3% do total da perda. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no Cenário 3 R\$170.799.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar - US\$” considera a cotação de R\$4,7225 de 31/03/2022 (SPOT das 13h - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos para contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Os Cenários refletem projeções futuras, portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/03/2022.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/03/2022.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/03/2022.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<i>Swap</i>	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(3.516)	(81.793)	(152.552)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	3.516	81.793	152.553
Efeito Líquido			-	-	1

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

5.5.2. Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação em 31 de Março de 2022

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading* (negociação).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Pré-fixado	Taxa Pré-fixada	897
	IPCA	-
Cupom de Índices	IGP-M	20
	Outros	-
	Dólar EEUU	-
Cupom de Moedas	Euro	-
	Libra Esterlina	-
	Outros	-
	TR	-
Cupom de Taxas	TJLP	-
		-
Total		917

A tabela a seguir, em 31 de março de 2022, demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book* (não negociação) que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados na Carteira Bancária (Cenário 1 - paralela de alta nas Taxas de Juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Pré-fixado	Taxa Pré-fixada	24
	IPCA	-
	IGP-M	(1)
Cupom de Índices	TLP	-
	Outros	-
	Dólar EEUU	3
Cupom de Moedas	Euro	1
	Franco Suíço	-
	Iene	-
	Libra Esterlina	-
	Dólar Canadense	-
	Outros	-
Cupom de Taxas	TR	149
	TJLP	-
	TBF	-
	Outros	-
DI	CDI	1.594
Selic	SELIC	(1.404)
Total		366

5.5.3. Exposições sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política Institucional do Banrisul para o risco cambial, define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55 do seu Patrimônio de Referência. A exposição apresentada no período findo em 31 de março de 2022 é de R\$724.697 (31/12/2021- R\$876.719). O consumo de capital apresentado no período findo em 31 de março de 2022 é de R\$ 250.341 (31/12/2021- R\$ 329.065).

O Banrisul está aderente as novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWAcam, o valor verificado no período findo em 31 de março de 2022 foi de R\$2.539.205 (31/12/2021 - R\$3.290.650).

5.5.4. Exposições sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Circulante		Não Circulante		31/03/2022	31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros						
Depósitos Compulsórios no Banco Central	8.666.234	-	-	-	8.666.234	8.666.536
Ao Custo Amortizado						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.481.373	672.671	-	-	8.154.044	5.845.434
Títulos e Valores Mobiliários	199.951	4.427.829	21.476.214	2.267.019	28.371.013	29.788.639
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	6.306.841	9.487.795	26.686.429	20.788	42.501.853	41.157.694
Outros Ativos Financeiros	-	3.431.838	1.459.362	-	4.891.200	4.843.975
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes						
Títulos e Valores Mobiliários	18.033	-	-	-	18.033	16.268
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Títulos e Valores Mobiliários	248.496	1.489.893	5.055.563	-	6.793.952	8.584.162
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	841.900
Total de Ativos Financeiros	22.920.928	19.510.026	54.677.568	2.287.807	99.396.329	99.744.608
Passivos Financeiros						
Ao Custo Amortizado						
Depósitos	16.039.349	7.229.200	18.418.701	17.459.466	59.146.716	59.601.698
Captações no Mercado Aberto	13.760.775	-	-	-	13.760.775	10.721.736
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	197.292	710.254	928.005	-	1.835.551	1.738.001
Obrigações por Repasses	677.283	197.082	531.794	-	1.406.159	1.394.823
Obrigações por Empréstimos	265.591	668.516	-	-	934.107	1.021.299
Outros Passivos Financeiros	-	8.246.781	184.635	-	8.431.416	7.714.357
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	36.594	509.911	-	546.505	136.170
Dívidas Subordinadas	-	74.601	1.128.694	-	1.203.295	4.689.788
Total de Passivos Financeiros	30.940.290	17.163.028	21.701.740	17.459.466	87.264.524	87.017.872
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(8.019.362)	2.346.998	32.975.828	(15.171.659)	12.131.805	12.726.736

5.6. Risco de Liquidez

A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido, e também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, como por exemplo, de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas; e o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas, assim como também são considerados possíveis impactos na liquidez da instituição decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, a qual é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez da instituição e por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banco. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos da instituição.

Mensalmente, em linha com as exigências da Resolução nº 4.557/17 do CMN, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à alta administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa da Instituição.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a Declaração de Apetite a Riscos da Instituição, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

5.6.1. Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

	Circulante		Não Circulante		31/03/2022	31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Passivos Financeiros						
Ao Custo Amortizado						
Depósitos	19.787.972	7.235.374	18.424.273	17.464.748	62.912.367	64.298.237
Captações no Mercado Aberto	13.766.825	-	-	-	13.766.825	10.725.480
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	197.292	710.254	928.005	-	1.835.551	1.738.001
Obrigações por Repasses	728.033	210.934	571.642	-	1.510.609	1.500.933
Obrigações por Empréstimos	265.591	668.516	-	-	934.107	1.021.299
Outros Passivos Financeiros	-	8.247.011	185.733	-	8.432.744	7.715.762
Ao Valor Justo por Meio do Resultado						
Dívidas Subordinadas	-	76.397	1.650.531	-	1.726.928	5.129.111
Total de Passivo Financeiros (Datas de Vencimentos Contratuais)	34.745.713	17.148.486	21.760.184	17.464.748	91.119.131	92.128.823
Total de Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	24.248.679	20.850.625	55.089.824	16.309.285	116.498.413	115.493.623
Disponibilidades	1.456.979	-	-	-	1.456.979	1.464.768
Ativos Financeiros	22.791.700	20.850.625	55.089.824	16.309.285	115.041.434	114.028.855
Depósitos Compulsórios no Banco Central	9.402.253	-	-	-	9.402.253	9.738.751
Ao Custo Amortizado	13.122.918	19.360.732	50.034.261	16.309.285	98.827.196	95.689.674
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.033	-	-	-	18.033	16.268
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	248.496	1.489.893	5.055.563	-	6.793.952	8.584.162

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem: Disponibilidades e Ativos Financeiros.

5.6.2. Itens não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. Os valores transferidos para o Estado em 31 de março de 2022 atingiram o montante de R\$10.112.837 (31/12/2021 - R\$ R\$10.112.837). No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

5.7. Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

(a) Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo - ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

(i) Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;

(ii) Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e

(iii) Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Mensuração ao valor justo no período findo em 31 de março de 2022 e dezembro de 2021:

	31/03/2022			31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros						
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	6.781.767	12.185	6.793.952	8.572.292	853.770	9.426.062
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.545.456	-	6.545.456	8.284.663	-	8.284.663
Ações de Companhias Abertas	17.651	-	17.651	12.641	-	12.641
Certificados de Depósitos Bancários	1.679	-	1.679	-	-	-
Cotas de Fundo de Investimento	216.981	12.185	229.166	274.988	11.870	286.858
Instrumentos Financeiros Derivativos (<i>Swaps</i>)	-	-	-	-	841.900	841.900
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	2.188	15.845	18.033	2.307	13.961	16.268
Cotas de Fundo de Investimento	2.188	15.831	18.019	2.307	13.947	16.254
Certificados de Privatização	-	14	14	-	14	14
Total de Ativos Mensurados ao Valor Justo	6.783.955	28.030	6.811.985	8.574.599	867.731	9.442.330
Passivos Financeiros						
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.749.800	1.749.800	-	4.825.958	4.825.958
Instrumentos Financeiros Derivativos (<i>Swaps</i>)	-	546.505	546.505	-	136.170	136.170
Dívidas Subordinadas	-	1.203.295	1.203.295	-	4.689.788	4.689.788
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	1.749.800	1.749.800	-	4.825.958	4.825.958

O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

(b) Instrumentos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo - a tabela a seguir resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.153.988	5.844.298	8.168.038	5.863.441
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	9.402.253	9.738.751	9.402.253	9.738.751
Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾	28.347.838	29.766.616	28.386.426	29.731.942
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽²⁾	42.501.853	41.157.694	39.874.604	39.077.764
Outros Ativos Financeiros	4.840.726	4.792.199	4.840.726	4.792.199
Total	93.246.658	91.299.558	90.672.047	89.204.097
Passivos Financeiros ⁽³⁾				
Depósitos (a)	62.893.936	64.277.380	62.869.397	64.247.752
Captações no Mercado Aberto (b)	13.760.775	10.721.736	13.760.775	10.721.736
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos (c)	1.835.551	1.738.001	1.833.865	1.737.964
Obrigações por Repasses (d)	934.107	1.394.823	934.107	1.394.823
Obrigações por Empréstimos (d)	1.406.159	1.021.299	1.406.159	1.021.299
Outros Passivos Financeiros	8.431.416	7.714.357	8.431.416	7.714.357
Total	89.261.944	86.867.596	89.235.719	86.837.931

(1) Títulos e Valores Mobiliários - o valor justo calculado para títulos e valores mobiliários tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.

(2) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - o valor justo estimado das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescida da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.

(3) Passivos Financeiros - o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada a taxa de risco do Banco.

(a) Depósitos a Prazo e Interfinanceiros: o valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

(b) Captações no Mercado Aberto: para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

(c) **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo das Letras Financeiras pós-fixadas é calculado mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa adotando taxa de desconto equivalente à taxa média ponderada praticada no último mês, pelo Banrisul, de títulos com característica semelhante.

(d) **Obrigações por Empréstimos e Repasses:** tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

5.8. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto. Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados Interna de Risco Operacional, é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Os resultados das análises e os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

5.9. Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

O risco ambiental é definido a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático é definido, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

I - risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e

II - risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos do próprio Banco e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas e fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

5.10. Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais a instituição está sujeita, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o apetite por riscos da Instituição. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais a instituição está sujeita sejam

entendidos, gerenciados e comunicados, quando necessário, para que o capital da instituição seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de Capital das instituições. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo Padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (*Risk Weighted Assets*), que prevê metodologia de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de Crédito, Mercado e Operacional, definidas pelo órgão regulador nacional.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal - CP, Capital de Nível 1- CN1 e do Patrimônio de Referência - PR, que tem seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução nº 4.557/17 do CMN determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, socioambiental e demais riscos relevantes considerados pela Instituição.

A Razão de Alavancagem - RA é outro indicador exigido pelo regulador, sendo que objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do Nível I do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução nº 4.615/17 do CMN determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. Neste caso quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A Razão de alavancagem calculada para o Banrisul no mês de março de 2022 foi de 6,69%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os índices de capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e também em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- a) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- b) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;
- c) Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- d) Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP; e
- e) Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do sistema financeiro nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A Declaração de Apetite por Riscos - RAS (*Risk Appetite Statement*), introduzida pela Resolução nº 4.557/17 do CMN, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos da Instituição é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio a formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para a Instituição em relação aos objetivos definidos para o seu Capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital - ICAAP_{SIMP} também foi introduzido pela Resolução nº 4.557/17 do CMN, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico da Instituição. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off-balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse - PTE, definido a partir da Resolução nº 4.557/17 do CMN, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de Capital são realizados por meio de Relatórios Gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas, para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e também os limites para manutenção de instrumentos elegíveis a capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre as eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos pela Instituição e; demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

5.10.1. Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO, tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução nº 4.950/21 do CMN, e composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A., Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado, bem como as participações em fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em:

Conglomerado Prudencial	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	8.603.770	9.021.832
Nível I	7.400.475	7.366.852
Capital Principal	7.400.475	7.366.852
Capital Social	5.209.226	5.205.891
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	3.965.437	3.965.326
Contas de Resultados Credoras	4.275.130	-
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(4.453.177)	(122.955)
Ajustes Prudenciais	(1.828.192)	(1.681.410)
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos Registrados no Passivo	232.051	-
Nível II	1.203.295	1.654.980
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.203.295	1.654.980
RWA	48.864.408	48.966.064
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	37.039.221	35.920.003
RWA _{M PAD} (Risco de Mercado)	2.585.968	3.325.767
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	11.217	9.156
RWA _{JUR3} (Risco de Juros)	244	679
RWA _{ACS} (Risco de Ações)	35.302	25.282
RWA _{CAM} (Risco Taxa de Câmbio)	2.539.205	3.290.650
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	9.239.219	9.720.294
RWA Carteira <i>Banking</i> (IRRB)	366.596	292.777
Margem sobre o PR considerando Carteira Bancária após o Adicional de Capital Principal	3.350.734	3.832.448
Índices de Capital		
Índice de Basileia	17,61%	18,42%
Índice de Nível I	15,14%	15,04%
Índice de Capital Principal	15,14%	15,04%
Índice de Imobilização	9,18%	8,59%
Razão de Alavancagem	6,69%	6,88%

A Resolução CMN nº 4.958/21 estabelece o percentual a ser aplicado ao montante RWA, para fins de apuração do valor da parcela ACP_{CONSERVAÇÃO}. O Banrisul deve atender apenas a este adicional. Assim, os percentuais aplicados, de acordo com cronograma do regulador, nos próximos períodos podem ser observados na tabela a seguir:

Exigência	Até 31/03/2022	A partir de 01/04/2022
Capital Principal	4,500%	4,500%
Nível I	6,000%	6,000%
PR	8,000%	8,000%
ACP _{CONSERVAÇÃO} ⁽¹⁾	2,000%	2,500%
ACP _{CONTRACÍCLICO} ⁽¹⁾ (até)	2,500%	2,500%
ACP _{SISTÊMICO} ⁽¹⁾ (até)	2,000%	2,000%
ACP _{TOTAL} ⁽¹⁾ (até)	6,500%	7,000%
Fator F	8,000%	8,000%

(1) De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, estes adicionais ficam limitados a estes percentuais (%) máximos em relação ao RWA_{TOTAL}. Em caso de elevação, o percentual deverá ser divulgado pelo Bacen, com antecedência mínima de 12 meses.

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Para março de 2022, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o Índice de Basileia

(Patrimônio de Referência), 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, neste período, é de 2,00%, totalizando em 10,00% para o Índice de Basileia, 8,00% para o Nível I e 6,5% para o Capital Principal.

O PR alcançou R\$8.603.770 em março de 2022, apresentando uma redução de R\$418.062 frente a dezembro de 2021.

A Circular nº 3.876/18 do Bacen determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB (Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*), em substituição a RBAN, a partir de janeiro de 2019. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros aos quais a carteira bancária está exposta foi alterada, deixando de ser calculada através do VaR (*Value at Risk*) e passando a utilizar o Δ EVE (*Variation of Economic Value of Equity*: variação do valor econômico) e Δ NII (*Variation of Net Interest Income*: variação do resultado da intermediação financeira).

Neste contexto, o IRRBB calculado para março de 2022 foi de R\$366.596 quando comparada a alocação de capital de dezembro de 2021 que ficou em R\$292.777, identifica-se um aumento de R\$73.819.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando a RBAN/IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o adicional de capital principal - ACP mínimo requerido pelo regulador (2,0% a partir de outubro de 2021).

Em 31 de março de 2022, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 17,61%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível I e de Capital Principal foram 15,14% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul tem cumprido todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

NOTA 06 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

A Administração do Banrisul trata os negócios Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria como segmentos operacionais distintos. A avaliação dos negócios é gerida de forma segmentada, a partir de relatórios específicos utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisadas periodicamente pela Diretoria.

O segmento Varejo engloba um conjunto de serviços bancários, captações da rede de agências e operações de crédito direcionadas aos clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, entre elas microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O Banrisul dispõe de métricas detalhadas por agência que subsidiam a tomada de decisões nesse segmento. A atribuição de pontuação nas metas direciona a alocação e captação de recursos.

O segmento Consignado Correspondentes responde pela originação de crédito consignado em canal específico fora da rede Banrisul. A aquisição de parte do capital social da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., em março de 2012, agregou ao Banco a possibilidade de expandir sua área geográfica de atuação, alcançando outras regiões do País. A originação de crédito consignado fora da rede Banrisul representa 19,7% do total de operações de varejo registradas com clientes e não correntistas, requisitando, portanto, de políticas de concessão e controles específicos, constituindo-se em objeto de avaliação segmentada do ponto de vista da gestão.

O segmento Corporativo é responsável pela gestão de produtos e serviços vinculados à captação de recursos e às operações de crédito comercial, de longo prazo, rural, habitacional e de câmbio, focado no atendimento a órgãos e instituições públicas de governos e empresas de grande porte. A atuação do Banrisul no segmento Corporativo está focada no aproveitamento de oportunidades de mercado por meio de operações com as próprias entidades, como folha de pagamento, cobrança e outros serviços, bem como no aprofundamento do relacionamento comercial com os empregados dessas corporações, ampliando as operações do segmento Varejo.

O segmento de Tesouraria é responsável pelo gerenciamento e controle de fluxo de caixa do Banrisul e pela administração da carteira própria de ativos financeiros do Banrisul. No demonstrativo de resultado, as receitas com juros e similares não incluem, no segmento Tesouraria, o resultado de derivativos, enquanto as despesas

com juros e similares foram afetadas, nos períodos, pela variação cambial da captação de origem externa, operação para a qual o Banco utiliza instrumentos de *hedge*, cujo resultado está demonstrado como ganhos líquidos em ativos e passivos financeiros ao valor justo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que estão descritas no sumário de políticas contábeis significativas. As receitas com prestação de serviços, as despesas gerais e administrativas, as perdas esperadas com ativos financeiros e o imposto de renda são monitorados centralmente e, portanto, não foram alocados em segmentos.

O balanço patrimonial por segmentos de negócios está demonstrado a seguir. O formato de apresentação das informações por segmentos inclui, na coluna outros, a reconciliação dos valores de itens dos segmentos divulgáveis com os respectivos valores totais das demonstrações financeiras.

As receitas e despesas com juros e similares por segmento de negócios estão apresentados na sequência. As receitas do segmento Consignado Correspondentes estão demonstradas líquidas das despesas com comissões de originação; não são efetivadas captações por meio desse segmento, sendo utilizado como *funding* recursos captados no segmento Varejo. O resultado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para mitigação de oscilações cambiais em relação às captações externas, bem como o resultado de variação cambial sobre transações no exterior, estão demonstrados como resultado de operações com ativos e passivos financeiros. Assim, face à significativa variação cambial registrada nos períodos, o resultado financeiro, por segmentos de negócios, está apresentado na linha resultado líquido de juros ajustado.

O Banrisul não possui operações com clientes cuja receita represente 10% ou mais da receita do período com juros e similares.

BALANÇO PATRIMONIAL							
	Consignado					31/03/2022	31/12/2021
	Varejo	Corporativo	Correspondentes	Tesouraria	Outros ⁽¹⁾		
Ativo	28.179.069	5.588.178	6.934.777	55.719.214	8.879.183	105.300.421	105.768.675
Passivo	54.430.292	11.102.842	-	23.194.786	7.580.980	96.308.900	96.680.077

⁽¹⁾ Composto por rubricas contábeis de ativos/passivos que não geram receitas/despesas com juros, exceto pelo passivo de arrendamento, conforme IFRS 16.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO							
	Consignado					01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
	Varejo	Corporativo	Correspondentes	Tesouraria	Outros		
Receitas com Juros e Similares	1.147.949	81.073	195.101	1.281.522	-	2.705.645	1.571.361
Despesas com Juros e Similares	(1.015.428)	(180.966)	-	(192.809)	(737)	(1.389.940)	(879.793)
Receita Líquida de Juros	132.521	(99.893)	195.101	1.088.713	(737)	1.315.705	691.568
Outras Receitas/Despesas Não de Juros	-	4.899	-	(353.173)	-	(348.274)	403.862
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	-	-	-	(353.173)	-	(353.173)	446.460
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira	-	4.899	-	-	-	4.899	(42.598)
Resultado Líquido de Juros Ajustado	132.521	(94.994)	195.101	735.540	(737)	967.431	1.095.430

NOTA 07 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa está assim representada:

	31/03/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1.456.979	1.464.768
Disponibilidades em Moeda Nacional	864.608	934.688
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	592.371	530.080
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	7.481.317	4.933.291
Aplicações no Mercado Aberto	6.799.939	4.851.306
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	681.378	81.985
Títulos e Valores Mobiliários	33.839	232.196
Cotas de Fundos de Investimento	33.839	232.196
Total	8.972.135	6.630.255

⁽¹⁾ Composto pelos títulos discriminados na Nota 09 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 08 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Depósitos Compulsórios - Bacen	Forma de Remuneração	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	622.955	861.453
Depósitos de Poupança	Poupança	1.996.444	2.016.105
Outros Depósitos	Sem Remuneração	113.064	210.762
Recursos a Prazo	SELIC	6.669.790	6.650.431
Total		9.402.253	9.738.751

NOTA 09 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	31/03/2022	31/12/2021
Aplicações no Mercado Aberto	6.799.939	-	-	6.799.939	4.851.306
Revendas a Liquidar - Posição Bancada					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.299.938	-	-	2.299.938	2.499.768
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.500.001	-	-	1.500.001	2.349.898
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.000.000	-	-	3.000.000	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	1.640
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	681.378	672.671	-	1.354.049	992.992
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	681.378	672.671	-	1.354.049	992.992
Total em 31/03/2022	7.481.317	672.671	-	8.153.988	
Total em 31/12/2021	4.933.291	765.482	145.525		5.844.298

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição dos Ativos Financeiros ao Custo Amortizado por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

Títulos e Valores Mobiliários	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor de Custo Amortizado Líquido	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor de Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos Federais						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.866.643	(22.924)	27.843.719	27.241.132	(21.485)	27.219.647
Letras do Tesouro Nacional - LTN	199.951	(9)	199.942	2.246.502	(132)	2.246.370
Títulos Públicos Federais - CVS	58.218	(50)	58.168	61.006	(72)	60.934
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	243.505	(192)	243.313	237.161	(334)	236.827
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	2.696	-	2.696	2.838	-	2.838
Total	28.371.013	(23.175)	28.347.838	29.788.639	(22.023)	29.766.616

Composição por prazo de vencimento:

Títulos e Valores Mobiliários	31/03/2022					31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor de Custo Amortizado Líquido	Valor de Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos Federais							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	4.180.882	11.718.065	9.682.312	2.262.460	27.843.719	27.219.647
Letras do Tesouro Nacional - LTN	199.942	-	-	-	-	199.942	2.246.370
Títulos Públicos Federais - CVS	-	-	-	58.168	-	58.168	60.934
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	243.313	-	-	-	243.313	236.827
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	2.696	2.696	2.838
Total em 31/03/2022	199.942	4.424.195	11.718.065	9.740.480	2.265.156	28.347.838	
Total em 31/12/2021	3.584.073	3.125.837	10.532.409	8.039.823	4.484.474		29.766.616

Os Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banco é composta, majoritariamente por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

(a) Composição da Carteira de Crédito Segregada por Estágios:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/03/2022	31/12/2021
Pessoa Física	29.658.839	2.016.925	604.487	32.280.251	31.229.555
Cartão de Crédito	1.614.403	33.786	44.037	1.692.226	1.737.411
Crédito Consignado	18.560.053	210.406	330.441	19.100.900	18.644.722
Crédito Pessoal - não Consignado	1.825.878	79.491	136.574	2.041.943	1.889.455
Crédito Imobiliário	4.212.161	119.911	12.730	4.344.802	4.075.959
Crédito Rural e Desenvolvimento	2.689.221	1.338.478	16.181	4.043.880	3.872.462
Outros	757.123	234.853	64.524	1.056.500	1.009.546
Pessoa Jurídica	8.213.662	1.749.749	258.191	10.221.602	9.928.139
Câmbio	1.101.221	110.289	-	1.211.510	1.224.323
Capital de Giro	2.648.599	432.798	46.742	3.128.139	2.991.788
Conta Empresarial/Garantida	373.338	5.650	19.847	398.835	339.020
Crédito Imobiliário	114.309	50.691	65.510	230.510	243.989
Crédito Rural e Desenvolvimento	3.382.944	355.600	24.383	3.762.927	3.657.554
Outros	593.251	794.721	101.709	1.489.681	1.471.465
Total	37.872.501	3.766.674	862.678	42.501.853	41.157.694
(-) Perda de Crédito Esperada	(792.837)	(1.109.021)	(709.802)	(2.611.660)	(2.554.019)
Total, Líquido de Perda de Crédito Esperada em 31/03/2022	37.079.664	2.657.653	152.876	39.890.193	
Total, Líquido de Perda de Crédito Esperada em 31/12/2021	36.434.124	2.024.935	144.616		38.603.675

A tabela a seguir apresenta o fluxo de vencimento das parcelas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, seguido pela concentração dos maiores tomadores em relação a toda exposição da carteira.

	31/03/2022	31/12/2021
Prazo por Vencimento		
Vencidas a partir de 1 dia	516.636	463.043
A vencer até 3 meses	6.262.993	5.414.110
A vencer de 3 a 12 meses	9.487.795	9.807.470
A vencer acima de 1 ano	26.234.429	25.473.071
Total da Carteira	42.501.853	41.157.694

Por Concentração	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	145.892	0,34	147.703	0,36
10 maiores devedores seguintes	896.442	2,11	913.843	2,22
20 maiores devedores seguintes	1.320.914	3,11	1.283.971	3,12
50 maiores devedores seguintes	1.645.056	3,87	1.612.343	3,92
100 maiores devedores seguintes	1.402.953	3,30	1.352.289	3,29

(b) Composição da Perda de Crédito Esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Segregadas por Estágios:

Estágio 1	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em
	31/12/2021	para Estágio 2	para Estágio 3	do Estágio 2	do Estágio 3			31/03/2022
Pessoa Física	437.136	(13.027)	(11.772)	4.048	4.054	-	31.152	451.591
Cartão de Crédito	15.472	(13)	(11)	6	7	-	(7.394)	8.067
Crédito Consignado	214.563	(2.167)	(6.336)	713	52	-	81.650	288.475
Crédito Pessoal - não Consignado	96.594	(7.806)	(5.104)	268	3.027	-	(2.147)	84.832
Crédito Imobiliário	73.613	(842)	(7)	222	611	-	(45.286)	28.311
Crédito Rural e Desenvolvimento	24.631	(714)	(15)	455	281	-	1.273	25.911
Outros	12.263	(1.485)	(299)	2.384	76	-	3.056	15.995
Pessoa Jurídica	228.762	(20.325)	(1.167)	35.048	1.011	-	97.917	341.246
Câmbio	54.425	(524)	-	-	-	-	3.946	57.847
Capital de Giro	109.920	(15.506)	(202)	32.858	13	-	20.584	147.667
Conta Empresarial/Garantida	13.698	(108)	(495)	16	539	-	54.901	68.551
Crédito Imobiliário	83	(4)	(1)	66	-	-	2	146
Crédito Rural e Desenvolvimento	23.798	(1.198)	(34)	80	408	-	1.240	24.294
Outros	26.838	(2.985)	(435)	2.028	51	-	17.244	42.741
Total	665.898	(33.352)	(12.939)	39.096	5.065	-	129.069	792.837

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/03/2022
Pessoa Física	139.056	(4.048)	(32.537)	13.027	576	-	20.307	136.381
Cartão de Crédito	950	(6)	(605)	13	16	-	434	802
Crédito Consignado	29.025	(713)	(22.446)	2.167	77	-	21.390	29.500
Crédito Pessoal - não Consignado	16.951	(268)	(5.639)	7.806	51	-	8.668	27.569
Crédito Imobiliário	1.051	(222)	(47)	842	289	-	(1.161)	752
Crédito Rural e Desenvolvimento	8.286	(455)	(412)	714	31	-	2.123	10.287
Outros	82.793	(2.384)	(3.388)	1.485	112	-	(11.147)	67.471
Pessoa Jurídica	1.011.350	(35.048)	(9.109)	20.325	1.040	-	(15.918)	972.640
Câmbio	73.594	-	-	524	-	-	(4.642)	69.476
Capital de Giro	239.148	(32.858)	(5.292)	15.506	-	-	(36.864)	179.640
Conta Empresarial/Garantida	346	(16)	(127)	108	939	-	773	2.023
Crédito Imobiliário	18.782	(66)	-	4	-	-	(1.559)	17.161
Crédito Rural e Desenvolvimento	27.540	(80)	(228)	1.198	47	-	(6.931)	21.546
Outros	651.940	(2.028)	(3.462)	2.985	54	-	33.305	682.794
Total	1.150.406	(39.096)	(41.646)	33.352	1.616	-	4.389	1.109.021

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/03/2022
Pessoa Física	478.840	(4.054)	(576)	11.772	32.537	(194.531)	163.155	487.143
Cartão de Crédito	35.629	(7)	(16)	11	605	(15.838)	23.644	44.028
Crédito Consignado	289.297	(52)	(77)	6.336	22.446	(122.528)	69.145	264.567
Crédito Pessoal - não Consignado	94.618	(3.027)	(51)	5.104	5.639	(35.538)	46.319	113.064
Crédito Imobiliário	7.203	(611)	(289)	7	47	(64)	1.175	7.468
Crédito Rural e Desenvolvimento	6.001	(281)	(31)	15	412	(1.223)	3.952	8.845
Outros	46.092	(76)	(112)	299	3.388	(19.340)	18.920	49.171
Pessoa Jurídica	258.875	(1.011)	(1.040)	1.167	9.109	(71.050)	26.609	222.659
Câmbio	10.052	-	-	-	-	(10.029)	(23)	-
Capital de Giro	33.188	(13)	-	202	5.292	(6.540)	4.312	36.441
Conta Empresarial/Garantida	18.507	(539)	(939)	495	127	(8.133)	4.980	14.498
Crédito Imobiliário	66.331	-	-	1	-	(5.488)	1.948	62.792
Crédito Rural e Desenvolvimento	10.553	(408)	(47)	34	228	(2.474)	5.520	13.406
Outros	120.244	(51)	(54)	435	3.462	(38.386)	9.872	95.522
Total	737.715	(5.065)	(1.616)	12.939	41.646	(265.581)	189.764	709.802

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2021	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/03/2022
Pessoa Física	1.055.032	(194.531)	214.614	1.075.115
Cartão de Crédito	52.051	(15.838)	16.684	52.897
Crédito Consignado	532.885	(122.528)	172.185	582.542
Crédito Pessoal - não Consignado	208.163	(35.538)	52.840	225.465
Crédito Imobiliário	81.867	(64)	(45.272)	36.531
Crédito Rural e Desenvolvimento	38.918	(1.223)	7.348	45.043
Outros	141.148	(19.340)	10.829	132.637
Pessoa Jurídica	1.498.987	(71.050)	108.608	1.536.545
Câmbio	138.071	(10.029)	(719)	127.323
Capital de Giro	382.256	(6.540)	(11.968)	363.748
Conta Empresarial/Garantida	32.551	(8.133)	60.654	85.072
Crédito Imobiliário	85.196	(5.488)	391	80.099
Crédito Rural e Desenvolvimento	61.891	(2.474)	(171)	59.246
Outros	799.022	(38.386)	60.421	821.057
Total	2.554.019	(265.581)	323.222	2.611.660

(c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador):

Apresentamos a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento.

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	7.352	(3.256)	6.280
Até 1 ano	7.352	(3.256)	6.280
Não Circulante	9.620	(4.783)	7.059
Entre 1 a 5 anos	9.620	(4.783)	7.059
Total em 31/03/2022	16.972	(8.039)	13.339
Total em 31/12/2021	18.242	(9.040)	14.552

NOTA 12 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes por tipo de papel e pelo valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor de Custo	Ajuste ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo	Valor de Custo	Ajuste ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo
Cotas de Fundos de Investimento	17.217	802	18.019	15.745	509	16.254
Certificados de Privatização	14	-	14	14	-	14
Total ⁽¹⁾	17.231	802	18.033	15.759	509	16.268

(1) No período não houve registro para perda esperada.

Composição por prazo de vencimento:

Títulos e Valores Mobiliários	31/03/2022		31/12/2021
	Sem Vencimento	Valor Justo	Valor Justo
Cotas de Fundos de Investimento	18.019	18.019	16.254
Certificados de Privatização	14	14	14
Total em 31/03/2022	18.033	18.033	
Total em 31/12/2021			16.268

Os Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes foram classificados no estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco.

NOTA 13 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (títulos mantidos para negociação) por tipo de papel e pelo valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor de Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Valor de Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.551.868	(6.412)	6.545.456	8.305.481	(20.818)	8.284.663
Ações de Companhias Abertas	17	17.634	17.651	17	12.624	12.641
Certificados de Depósitos Bancários	1.679	-	1.679	-	-	-
Cotas de Fundo de Investimento	229.166	-	229.166	286.858	-	286.858
Total	6.782.730	11.222	6.793.952	8.592.356	(8.194)	8.584.162

Composição por prazo de vencimento:

Títulos e Valores Mobiliários	31/03/2022					31/12/2021
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	1.489.893	2.934.122	2.121.441	6.545.456
Ações de Companhias Abertas	17.651	-	-	-	-	17.651
Certificados de Depósitos Bancários	-	1.679	-	-	-	1.679
Cotas de Fundo de Investimento	229.166	-	-	-	-	229.166
Total em 31/03/2022	246.817	1.679	1.489.893	2.934.122	2.121.441	6.793.952
Total em 31/12/2021	299.499	1.909.373	1.117.280	1.964.681	3.293.329	8.584.162

Em dezembro de 2021, foram reclassificadas cotas de Fundos de Investimentos da carteira ao Valor Justo por meio do Resultado para a carteira Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, em atenção à Resolução CMN nº 4.926/21, e à Resolução BCB nº 111/21, com objetivo equiparar a classificação contábil àquela utilizada na mensuração de risco. Esta reclassificação não estornou os valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizadas, conforme determina a Circular nº 3.068/01 do Bacen. O valor contábil total dessas cotas é de R\$5.882 mil, em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de curto e de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento das emissões (objetos de *hedge*) a que protegem.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

A tabela a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banrisul, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado dos objetos (dívidas subordinadas) e dos instrumentos de *hedge* (*swaps*):

				31/03/2022	31/12/2021
	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Derivativos Usados como Hedge de Valor Justo					
Instrumento de Hedge					
Contratos de <i>Swap</i>	1.711.260	(314.454)	(232.051)	(546.505)	705.730
Moeda Estrangeira Dólar	1.711.260	(314.454)	(232.051)	(546.505)	705.730
Objeto de Hedge					
Dívida Subordinada	1.629.000	1.437.981	(231.563)	1.206.418	4.673.265
Moeda Estrangeira Dólar	1.629.000	1.437.981	(231.563)	1.206.418	4.673.265

O tabela a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor justo:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + Taxa Pré-fixada	1.711.260	(272.947)	(231.892)	(504.839)
Passivo				
% do CDI + Taxa Pré-fixada	(1.711.260)	(41.507)	(159)	(41.666)
Ajuste Líquido em 31/03/2022		(314.454)	(232.051)	(546.505)
Ajuste Líquido em 31/12/2021		754.468	(48.738)	705.730

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

	Valor de Referência	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Swaps						
Ativo						
Moeda Estrangeira (USD) + Taxa Pré-fixada	1.711.260	(504.839)	-	(30.561)	(51.435)	(422.843)
Passivo						
% do CDI + Taxa Pré-fixada	(1.711.260)	(41.666)	-	(6.033)	(9.478)	(26.155)
Ajuste Líquido em 31/03/2022		(546.505)	-	(36.594)	(60.913)	(448.998)
Ajuste Líquido em 31/12/2021		705.730	836.079	(6.574)	(23.553)	(100.222)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul e as contrapartes estão sujeitas à prestação de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$425.224.

O Banrisul utiliza-se da estrutura de *hedge* de valor justo (*hedge accounting*) e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelas normas contábeis internacionais, conforme política contábil adotada pelo Banco descrita na Nota 3.4(d).

NOTA 15 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31/03/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras	3.543.203	3.363.234
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	1.212.861	1.195.996
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.321.816	2.161.063
Outros	8.526	6.175
Relações Interdependências	20.366	65.764
Carteira de Câmbio	796.970	875.104
Rendas a Receber	103.535	102.863
Negociação e Intermediação de Valores	3.076	19.401
Pagamentos a Ressarcir	57.153	57.925
Títulos e Créditos a Receber ⁽²⁾	289.172	283.756
Outros	27.251	24.152
Total	4.840.726	4.792.199

(1) Os Créditos Vinculados ao SFH no valor de R\$1.212.861 (31/12/2021 - R\$1.195.996) estão compostos por:

(a) R\$138.081 (31/12/2021 - R\$143.876) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto pré-fixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao FCVS do Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(b) R\$1.071.896 (31/12/2021 - R\$1.049.256) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do FGTS; e

(c) R\$2.884 (31/12/2021 - R\$2.864) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura de FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados por TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - De outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de março de 2022, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R\$1.209.977 (31/12/2021 - R\$1.193.132). O seu valor de face é de R\$1.235.712 (31/12/2021 - R\$1.221.358). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) **Títulos e Créditos a Receber** - Estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais, em 31 de março de 2022, totalizavam R\$193.488 (31/12/2021 - R\$190.457) e são remunerados pela Taxa Referencial (TR) e juros;

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$55.515 (31/12/2021 - R\$56.268) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração 0,50% a 9,38% a.a. e indexados à TR e ao IGP-M com vencimento até 2029. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$47.260 (31/12/2021 - R\$47.350);

(c) Valores a receber relativo aos convênios dos cartões de benefícios e empresariais Banricard e da rede adquirência Vero no valor de R\$36.981 (31/12/2021 - R\$38.280).

NOTA 16 - OUTROS ATIVOS

	31/03/2022	31/12/2021
Bens Destinados à Venda	135.850	144.802
Adiantamentos a Empregados	23.346	15.861
Depósito em Garantia	709.749	684.292
Ativos Atuariais - Benefícios Pós-Emprego (Nota 36e)	199.143	199.143
Devedores Diversos - País	122.941	129.404
Despesas Antecipadas	152.816	161.007
Outros	23.179	20.561
Total	1.367.024	1.355.070

NOTA 17 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

A tabela a seguir apresenta as empresas coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Em 31 de Março de 2022	31/03/2022	31/03/2022	31/03/2022	1º trim/2022	1º trim/2022
Empresas Coligadas	322.458		161.154	33.519	16.750
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	46.831	49,90	23.368	6.719	3.353
Banrisul Icatu Participações S.A.	275.627	49,99	137.786	26.800	13.397

	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	1º trim/2021	1º trim/2021
Empresas Coligadas	292.205		146.031	21.355	10.251
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	46.280	49,90	23.093	9.830	4.905
Banrisul Icatu Participações S.A.	245.925	49,99	122.938	12.745	6.371
VG&JV Tecnologia S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	(1.220)	(1.025)

(1) A empresa encerrou sua atividade em 22 de abril de 2021.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na prestação de serviço como originadora de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais. O ágio na aquisição de investimentos no montante de R\$312 (31/12/2021 - R\$624), representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição.

Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR: O Banrisul detém 49,99% do capital social da Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR, *holding* constituída em parceria com a Icatu Seguros S.A. A BIPAR atua, por meio das suas controladas, nos ramos de Seguros de Pessoas, Previdência Privada Aberta e Capitalização. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e a Rio Grande Capitalização S.A. atuam com exclusividade, na comercialização de Seguros de Pessoas, Previdência Privada Aberta e Capitalização nos canais do Banrisul.

VG8JV Tecnologia S.A. - VG8JV, empresa encerrou atividades em 22/04/2021, atuou sob o nome fantasia de VeroGO, oferecia solução integrada de pagamentos a centros de compras localizados em sua área de atuação, no território nacional.

NOTA 18 - IMOBILIZADO DE USO

Imobilizado Próprio	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Sistemas de		Total
					Processamento de Dados	Outros	
Em 31 de Dezembro de 2021							
Custo	199.621	34.488	246.781	160.600	462.530	26.536	1.130.556
Depreciação Acumulada	(97.932)	-	(105.982)	(86.455)	(289.100)	(21.159)	(600.628)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2021	101.689	34.488	140.799	74.145	173.430	5.377	529.928
Aquisições	43	8.066	1.615	655	-	106	10.485
Alienações - Baixas Custo	(18)	-	(105)	(218)	(4)	-	(345)
Alienações - Baixas da Depreciação	-	-	47	195	2	-	244
Depreciação Acumulada	(398)	-	(1.791)	(1.706)	(9.412)	(225)	(13.532)
Transferências Líquido Custo	-	(7.200)	(6)	1.230	5.978	(2)	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(15)	13	2	-
Movimentação Líquida	(373)	866	(240)	141	(3.423)	(119)	(3.148)
Em 31 de Março de 2022							
Custo	199.646	35.354	248.285	162.267	468.504	26.640	1.140.696
Depreciação Acumulada	(98.330)	-	(107.726)	(87.981)	(298.497)	(21.382)	(613.916)
Valor Contábil Líquido em 31 de Março de 2022	101.316	35.354	140.559	74.286	170.007	5.258	526.780

Ativo de Direito de Uso de Arrendamento	Imóveis de Uso	Sistemas de		Total
		Processamento de Dados	Outros	
Em 31 de Dezembro de 2021				
Custo do Imobilizado Arrendamento	443.767	8.422	1.503	453.692
Depreciação Acumulada	(209.272)	(5.794)	(1.414)	(216.480)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2021	234.495	2.628	89	237.212
Aquisições	15.354	-	-	15.354
Alienações - Baixas Custo	(6.295)	-	-	(6.295)
Alienações - Baixas da Depreciação	5.349	-	-	5.349
Depreciação Acumulada	(21.902)	(1.126)	(89)	(23.117)
Movimentação Líquida	(7.494)	(1.126)	(89)	(8.709)
Em 31 de Março de 2022				
Custo do Imobilizado Arrendamento	452.826	8.422	1.503	462.751
Depreciação Acumulada	(225.825)	(6.920)	(1.503)	(234.248)
Valor Contábil Líquido em 31 de Março de 2022	227.001	1.502	-	228.503

Total Imobilizado	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Sistemas de		Total
					Processamento de Dados	Outros	
Custo	652.472	35.354	248.285	162.267	476.926	28.143	1.603.447
Depreciação Acumulada	(324.155)	-	(107.726)	(87.981)	(305.417)	(22.885)	(848.164)
Valor Contábil Líquido em 31 de Março de 2022	328.317	35.354	140.559	74.286	171.509	5.258	755.283

Apresentamos a seguir a composição das operações de arrendamento mercantil financeiro nas quais o Banrisul é "arrendatário". Os contratos são reajustados anualmente conforme índices de preços.

	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	92.117	92.599
Até 12 meses	92.117	92.599
Não Circulante	178.537	184.371
Entre 1 a 5 anos	172.200	177.501
Acima de 5 anos	6.337	6.870
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	270.654	276.970
Valor Presente	270.654	276.970

NOTA 19 - INTANGÍVEL

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2021				
Custo	208.775	1.551.334	1.944	1.762.053
Amortização Acumulada	(122.288)	(897.738)	(875)	(1.020.901)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2021	86.487	653.596	1.069	741.152
Aquisições	4.310	41.360	-	45.670
Alienações - Baixas Custo	-	(873)	-	(873)
Alienações - Baixas da Amortização	-	873	-	873
Amortização Acumulada	(5.502)	(44.333)	-	(49.835)
Movimentação Líquida	(1.192)	(2.973)	-	(4.165)
Em 31 de Março de 2022				
Custo	213.085	1.591.821	1.944	1.806.850
Amortização Acumulada	(127.790)	(941.198)	(875)	(1.069.863)
Valor Contábil Líquido em 31 de Março de 2022	85.295	650.623	1.069	736.987

(1) O saldo líquido de R\$650.623 (31/12/2021 - R\$653.596) está composto por:

- a) R\$561.750 (31/12/2021 - R\$595.455) refere-se ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. No segundo semestre, conforme definido no contrato, houve ajuste de preço no valor de R\$48.781 o qual compõe o saldo total que será diferido pelo restante do prazo do contrato. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indicio de *impairment* relacionado a esse ativo;
- b) O contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos encerrou-se no terceiro trimestre de 2021. O contrato continua em processo de renovação;
- c) R\$75.608 (31/12/2021 - R\$44.538) referem-se à contratos firmados com as prefeituras e demais órgãos, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos; e
- d) R\$13.265 (31/12/2021 - R\$13.603) referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 20 - PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos	62.893.936	64.277.380
À Vista ⁽¹⁾	3.747.220	4.675.682
Poupança ⁽¹⁾	11.527.982	11.565.559
Interfinanceiros	508.763	1.392.662
A Prazo ⁽²⁾	47.091.403	46.626.153
Outros Depósitos	18.568	17.324
Captações no Mercado Aberto ⁽³⁾	13.760.775	10.721.736
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.835.551	1.738.001
Obrigações por Repasses ⁽⁴⁾	1.406.159	1.394.823
Obrigações por Empréstimos ⁽⁵⁾	934.107	1.021.299
Outros Passivos Financeiros (Nota 23)	8.431.416	7.714.357
Total	89.261.944	86.867.596

A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.5.4.

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(2) As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixadas, os quais correspondem a 98,98% e 1,02% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 82,83% (31/12/2021 - 81,39%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 4,94% (31/12/2021 - 3,69%) ao ano. Do total de captações em depósito a prazo, 63,01% (31/12/2021 - 63,62%) possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(4) Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até junho de 2031, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,90% a 8,00% (31/12/2021 - 0,90% a 8,00%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Cesta de Moedas, UPRD, TLP e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 15,02% (31/12/2021 - 15,02%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

(5) São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 1,10% e 3,30% (31/12/2021 - 1,10% a 2,63%) ao ano.

NOTA 21 - PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	31/03/2022	31/12/2021
Instrumentos Financeiros Derivativos	546.505	136.170
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	1.203.295	4.689.788
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 14)	1.206.418	4.673.265
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	(3.123)	16.523
Total	1.749.800	4.825.958

(1) O Banco emitiu em 2012 duas tranches de Dívidas Subordinadas no montante de US\$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos) e US\$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos), pelo prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022. Em 2015 ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$251,81 milhões (251,81 milhões de dólares norte-americanos). Após a recompra remanesce o saldo da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões. Esta dívida foi liquidada em fevereiro de 2022.

Em 28 de janeiro de 2021, o Banrisul realizou uma nova emissão de dívida subordinada (Tier II) no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares) com juros anuais de 5,375%, pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra em 5 anos, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum* desta emissão.

NOTA 22 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2021	664.483	1.275.278	217.463	158.306	2.315.530
Constituição e Atualização Monetária	6.363	139.602	24.641	1.054	171.660
Reversão da Provisão	-	-	(57)	-	(57)
Baixas por Pagamento	(35)	(35.856)	(8.167)	-	(44.058)
Saldo Final em 31/03/2022	670.811	1.379.024	233.880	159.360	2.443.075
Depósitos em Garantia em 31/03/2022	101.716	542.796	65.237	-	709.749

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2020	575.355	1.040.779	240.258	156.562	2.012.954
Constituição e Atualização Monetária	5.613	118.948	37.158	205	161.924
Reversão da Provisão	-	(199)	-	-	(199)
Baixas por Pagamento	(4.578)	(41.279)	(27.080)	-	(72.937)
Saldo Final em 31/03/2021	576.390	1.118.249	250.336	156.767	2.101.742
Depósitos em Garantia em 31/03/2021	78.834	478.452	103.162	-	660.448

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos

em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: **(i)** imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda no montante de R\$647.466 (31/12/2021 - R\$641.449); e **(ii)** outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável de R\$6.414 (31/12/2021 - R\$6.290).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$46.804 (31/12/2021 - R\$46.463). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e Participação nos Lucros ou Resultados - PLR no montante de R\$309.196 (31/12/2021 - R\$305.949), classificada pelos nossos assessores, como de perda possível no montante de R\$292.448 (31/12/2021 - R\$289.379) e como perda provável o montante de R\$16.748 (31/12/2021 - R\$16.570), que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

No primeiro trimestre de 2022 foi efetuada a provisão de R\$51.063 para ações coletivas, abrangendo ações em fase de liquidação e ações em curso perante o TST, cuja classificação de risco tenha sido alterada em razão de mudanças no cenário jurisprudencial. A Administração considera suficiente a provisão constituída e continua monitorando a evolução das decisões judiciais em ações dessa natureza, avaliando a classificação e a quantificação sempre que necessário.

Além das ações acima consideradas, registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade a nova modelagem para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas individuais implementada no segundo semestre de 2020, através de revisão dos processos, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$439.065 (31/12/2021 - R\$423.648). Adicionalmente, o valor de R\$103.731 (31/12/2021 - R\$103.453) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$800.644 (31/12/2021 - R\$781.555), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança e empréstimos.

Para as ações cíveis, adota-se modelagem para provisão das ações classificadas como de perda provável, onde as provisões totais para essas ações é definida pelo custo médio da condenação e da respectiva sucumbência. A administração monitora as decisões judiciais ao longo do tempo.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$65.237 (31/12/2021 - R\$67.119).

Existem ainda R\$1.156.035 (31/12/2021 - R\$1.049.886) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para perdas no montante de R\$159.360 (31/12/2021- R\$158.306).

NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/03/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras	290.363	46.592
Relações Interdependências	434.563	290.408
Carteira de Câmbio	932.494	839.298
Negociação e Intermediação de Valores	2.791	19.245
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.077.014	2.601.475
Credores por Recursos a Liberar	194.320	196.228
Transações com Cartões a Pagar	1.243.596	1.263.580
Obrigações a Pagar Adquirência	1.944.905	2.118.722
Obrigações de Arrendamento Financeiro (Nota 18)	270.654	276.970
Outros	40.716	61.839
Total	8.431.416	7.714.357

NOTA 24 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

O Banrisul possui créditos tributários e obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, no período demonstrado a seguir:

(a) Créditos Tributários - os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Provisão para <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	1.592.607	128.682	(93.141)	1.628.148
Provisão para Riscos Trabalhistas	573.524	62.809	(16.134)	620.199
Provisão para Riscos Fiscais	198.140	2.849	(2)	200.987
Provisão para Riscos Cíveis	97.521	11.088	(3.701)	104.908
Ajuste Marcação a Mercado - MTM	35.001	78.137	(8.715)	104.423
Benefício Pós-Emprego	364.686	-	-	364.686
Outras	127.319	32.224	(30.123)	129.420
Prejuízo Fiscal	-	43.220	-	43.220
Total de Créditos Tributários Registrados	2.988.798	359.009	(151.816)	3.195.991
Obrigações Fiscais Diferidas	(401.295)	(84.754)	5.629	(480.420)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	2.587.503	274.255	(146.187)	2.715.571

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social - CSLL	Totais Registrados
2022	222.198	177.738	399.936
2023	265.551	212.441	477.992
2024	304.423	243.538	547.961
2025	271.419	217.136	488.555
2026	295.584	236.468	532.052
2027 a 2029	339.648	271.718	611.366
2030 a 2031	76.739	61.390	138.129
Total em 31/03/2022	1.775.562	1.420.429	3.195.991
Total em 31/12/2021	1.660.443	1.328.355	2.988.798

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.322.753 (31/12/2021 - R\$2.240.403), calculados de acordo com a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas - os saldos da provisão para imposto de renda e contribuições sociais diferidos estão representados por:

	31/03/2022	31/12/2021
Superveniência de Depreciação	7.837	7.797
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6.087	-
Ajuste MTM Dívida Subordinada - <i>Hedge Accounting</i>	104.330	31.540
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	269.049	269.415
Superávit Atuarial	92.544	92.543
Outros Débitos Temporários	573	-
Total	480.420	401.295

Ativos e passivos de impostos diferidos são compensados quando tiver um direito legalmente executável de compensar ativos de imposto corrente contra passivos de imposto, ocasião em que impostos diferidos se relacionam com impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

NOTA 25 - OUTROS PASSIVOS

	31/03/2022	31/12/2021
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	176.466	26.770
Sociais e Estatutárias	66.367	71.686
Provisão de Pessoal	155.077	188.870
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	124.629	127.331
Credores Diversos no País	227.189	202.887
Passivos Atuariais - Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	916.596	913.091
Provisões para Pagamentos a Efetuar	242.592	262.356
Rendas Antecipadas	148.454	152.404
Outros	5.019	5.202
Total	2.062.389	1.950.597

(1) Refere-se, principalmente, às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 36e).

NOTA 26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social - O Capital Social do Banrisul em 31 de março de 2022 é de R\$5.200.000 (31/12/2021 - R\$5.200.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2021	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações em circulação em 31/03/2022	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2021	58	-	30	-	3.405	-	3.493	-
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações em circulação em 31/03/2022	58	-	30	-	3.405	-	3.493	-
Outros								
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2021	3.839.424	1,87	621.582	45,27	202.533.140	100,00	206.994.146	50,61
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações em circulação em 31/03/2022	3.839.424	1,87	621.582	45,27	202.533.140	100,00	206.994.146	50,61
Total em 31/12/2021	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/03/2022	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i)** Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do Capital Social pelo número de ações que o compõem;
- (ii)** Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- (iii)** Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv)** Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- (i)** Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- (ii)** Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

Movimentação	Reserva de Capital	Reservas de Lucros			Total
		Legal	Estatutária	Para Expansão	
Em 31 de Dezembro de 2021	4.511	680.076	2.488.077	720.290	3.892.954
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-
Em 31 de Março de 2022	4.511	680.076	2.488.077	720.290	3.892.954

A Reserva de Capital refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.

A Reserva Legal objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

A Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e **(iii)** até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em Lucros Acumulados ou Reservas de Lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação nº 207/96 da CVM e política de remuneração do capital, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$136.554, referente aos juros sobre o capital próprio do primeiro trimestre de 2022 (1º trim/2021 - R\$93.050), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte. O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$61.449 (1º trim/2021 - R\$41.873) (Nota 34).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, Política de Remuneração do Capital com pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 27 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2021 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

NOTA 27 - RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Receitas com Juros e Similares	2.705.645	1.571.361
Disponibilidades e Reservas no Bacen	204.107	143.694
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Valor Justo	183.771	34.289
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	876.500	149.375
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	1.424.122	1.228.470
Outros	17.145	15.533
Despesas com Juros e Similares	(1.389.940)	(879.793)
Resultado de Passivos Financeiros ao Valor Justo	281.892	(463.110)
Recursos de Bancos	(22.802)	(97.385)
Recursos de Clientes	(1.208.475)	(271.270)
Captação no Mercado Aberto	(356.821)	(41.890)
Outros	(83.734)	(6.138)
Total Líquido	1.315.705	691.568

NOTA 28 - GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/12/2021
Ganhos (Perdas) Líquidas com Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	184.896	148.952
Ganhos (Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	19.402	6.525
Ganhos (Perdas) com Derivativos	(557.471)	290.983
Total	(353.173)	446.460

NOTA 29 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Administração de Fundos	19.303	16.316
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	17.228	14.946
Receita de Serviços em Operações de Câmbio	5.551	8.386
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	28.193	25.638
Rendas de Corretagens e Operações	1.492	2.432
Receitas de Serviços Banrisul Cartões	170.139	140.071
Devolução de Cheques	2.694	2.796
Débito em Conta	11.566	16.009
Serviços de Arrecadação	11.948	11.622
Comissões de Corretagem de Seguros	59.817	63.702
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	136.353	145.440
Cartão de Crédito	12.352	16.335
Outras Receitas	17.027	19.350
Total	493.663	483.043

NOTA 30 - DESPESAS DE PESSOAL

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Remuneração Direta	262.902	266.266
Benefícios	89.690	82.264
Encargos Sociais	107.745	109.651
Participação no Lucro	49.749	32.918
Treinamentos	496	828
Total	510.582	491.927

NOTA 31 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Comunicações	14.976	13.513
Processamento de Dados	39.675	30.990
Vigilância, Segurança e Transportes de Valores	33.430	30.219
Amortização e Depreciação	86.796	84.580
Aluguéis e Condomínios	15.249	8.203
Materiais	3.795	3.429
Serviços de Terceiros	75.905	81.045
Serviços Técnicos Especializados	35.854	26.973
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	26.685	26.189
Manutenção e Conservação de Bens	17.124	19.015
Água, Energia e Gás	13.122	10.564
Serviços do Sistema Financeiro	7.113	7.366
Outras	16.288	15.895
Total	386.012	357.981

(1) É composto principalmente por R\$8.926 (31/03/2021 - R\$10.356) de despesa com propaganda institucional e R\$13.316 (31/03/2021 - R\$11.931) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 32 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	6.553	8.396
Reversão de Provisões Operacionais	6.814	4.686
Tarifas Interbancárias	5.634	6.641
Títulos de Créditos a Receber	3.312	3.111
Atualização de Depósitos em Garantias	9.653	2.639
Receitas Diversas com Cartões	33.646	28.758
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	6.994	9.702
Receitas de Adquirência por Antecipação	5.532	4.653
Receita de Locação Equipamentos Adquirência	15.407	12.407
Outras	1.220	7.649
Total	94.765	88.642

NOTA 33 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Descontos Concedidos em Renegociações	2.457	8.139
Despesas com Provisões para Riscos Fiscais (CS/IR)	6.363	5.613
Despesas com Provisões Trabalhistas	139.602	118.948
Despesas com Provisões para Ações Cíveis	24.641	37.158
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	1.340	489
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen	1.054	205
Despesas com Cartões	2.331	1.956
Custos Convênios Crédito Consignado	1.574	1.432
Tarifas Convênio INSS	41.327	33.797
Bônus Banrisul de Vantagens	4.930	1.995
Despesas Bandeiras Banrisul Cartões	10.809	8.719
Correção Monetária sobre Liberação de Financiamento	2.821	791
Outras Despesas Operacionais	24.767	20.406
Total	264.016	239.648

NOTA 34 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Lucro do Período antes da Tributação	61.133	323.790
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(15.283)	(78.448)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	(17.320)	(11.157)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota ⁽¹⁾	(641)	(490)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota ⁽²⁾	20.981	(43.877)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(12.263)	(133.972)
Participação dos Empregados nos Resultados	12.361	13.676
Juros sobre o Capital Próprio	61.449	41.873
Resultado de Equivalência	7.538	5.015
Outras Adições Líquidas das Exclusões	(11.404)	(5.115)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	57.681	(78.523)
Corrente	(72.125)	(156.394)
Diferido	129.806	77.871

(1) Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota de 15% de janeiro a junho de 2021, alíquota de 20% de julho a dezembro de 2021 e alíquota de 15% a partir de janeiro de 2022.

(2) Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota de 20% de janeiro a junho de 2021, alíquota de 25% de julho a dezembro de 2021 e alíquota de 20% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 35 - LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - R\$ Mil	118.652	235.195
Ações Ordinárias	59.493	117.930
Ações Preferenciais A	399	789
Ações Preferenciais B	58.760	116.476
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$		
Ação Ordinária	0,29	0,58
Ação Preferencial A	0,29	0,58
Ação Preferencial B	0,29	0,58

NOTA 36 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução nº 4.661/18 do CMN. No art. 8º, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 33/2020, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de "benefício definido") e dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de "contribuição variável"), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 33/2020 e Portaria Previc nº 228/2021.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2021	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria
	(% a.a)	(% a.a)	(% a.a)	(% a.a)	(% a.a)	PAM	POD	PROMED	(% a.a)
Taxa Real de Desconto Atuarial	5,28	5,44	5,36	5,47	5,32	Conforme Plano ⁽²⁾	5,44	5,47	5,24
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	5,28	5,44	5,36	5,47	5,32	Conforme Plano ⁽²⁾	5,44	5,47	5,24
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	0,66	-	4,35	2,06	0,41	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	4,35
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03
Taxa de Desconto Nominal	10,58	10,74	10,66	10,78	10,62	Conforme Plano ⁽²⁾	10,75	10,77	10,53
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	10,58	10,74	10,66	10,78	10,62	Conforme Plano ⁽²⁾	10,75	10,77	10,53
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	5,72	5,03	9,60	7,19	5,46	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	9,60
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,35	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	6,08	5,03

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM - Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD - Plano Odontológico e PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2020	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria
	(% a.a)	(% a.a)	(% a.a)	(% a.a)	(% a.a)	PAM	POD	PROMED	(% a.a)
Taxa Real de Desconto Atuarial	3,21%	3,52	3,46	3,35	3,24	Conforme Plano ⁽²⁾	3,65	3,80	3,09
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	3,21	3,52	3,46	3,35	3,24	Conforme Plano ⁽²⁾	3,65	3,80	3,09
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,56	-	5,04	3,24	2,60	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	5,04
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32
Taxa de Desconto Nominal	6,63	6,95	6,89	6,78	6,67	Conforme Plano ⁽²⁾	7,09	7,24	6,51
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	6,63	6,95	6,89	6,78	6,67	Conforme Plano ⁽²⁾	7,09	7,24	6,51
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	5,96	3,32	8,53	6,67	6,01	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	8,53
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	3,63	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	4,35	3,32

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD - Plano Odontológico e PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2021	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT - 2000 (-10%) por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI e FBPREV III 2015-2020	Não Aplicável	100% ao atingir o benefício pleno	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real 74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT - 2000 (-40%) por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2020	Não Aplicável	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV	AT - 2000 (-30%) por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2020	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT - 2000 (-40%) por sexo	Winklevoss	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV II 2015-2020	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT - 2000 suavizada 10% por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI e FBPREV III 2015-2020	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾ :							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT - 2000 Basic (-40%) por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI e FBPREV I 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT - 2000 Basic (-40%) por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI e FBPREV I 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
Prêmio Aposentadoria	AT - 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2020	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não Aplicável

Hipóteses Demográficas em 31/12/2020	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT - 2000 (-25%) por sexo	RRB - 83 (-55%)	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,03)	BPD: 31%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro postergada em: Grupo 1 em 10 anos; Grupo 2 em 5 anos; Grupo 3 em 1 ano e Grupo 4 em 2 anos ⁽³⁾	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT - 2000 (-30%) por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,015)	BPD: 52%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro postergada em 4 anos	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT - 2000 (-30%) por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (-0,004)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT - 2000 (-30%) por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,035)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT - 2000 suavizada 10% por sexo	RRB - 83 (-50%)	Álvaro Vindas	3,25%	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾ :							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT - 2000 Basic (-25%) por sexo	RRB - 83 (-55%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,03)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT - 2000 Basic (-25%) por sexo	RRB - 83 (-55%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,03)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
Prêmio Aposentadoria	AT - 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (-0,004)	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não utilizado

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD - Plano Odontológico e PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

(3) Grupo 1: inscrição até 23/01/1978; Grupo 2: inscrição entre 24/01/1978 e 30/06/1983; Grupo 3: inscrição entre 01/07/1983 a 31/12/1990; e Grupo 4: inscrição a partir de 01/01/1991.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela regras do IAS 19(R1), à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 29/12/2021.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 33/2020 e com Portaria Previc nº 228/2021, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação. O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (PAM, POD e PROMED) - o Banrisul oferece plano de saúde, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Varição na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos

ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são as seguintes:

Planos: Categorias	PB I % Alocação		PBS % Alocação		FBPREV % Alocação		FBPREV II % Alocação		FBPREV III % Alocação		Saúde % Alocação	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Caixa e Equivalente	0,04	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,09
Renda Fixa	80,92	71,51	72,09	75,92	73,80	78,45	70,55	77,67	81,27	71,43	98,06	97,64
Renda Variável	10,09	9,82	8,02	8,08	4,64	4,07	6,33	5,72	9,30	9,44	1,92	2,27
Imóveis	4,43	4,28	3,05	3,12	-	0,27	1,41	1,57	3,85	3,92	-	-
Outros	4,52	14,37	16,83	12,86	21,55	17,20	21,70	15,03	5,57	15,20	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.825 (31/12/2020 - R\$21.692) e imóveis alugados com um valor justo de R\$136.289 (31/12/2020 - R\$123.806).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2021 e 2020 e de acordo com o IAS 19 (R1), é demonstrado a seguir:

Passivo/(Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2021	31/12/2020
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	455.009	556.285
Plano Saldado (PBS)	258.236	306.765
Plano FBPREV (FBPREV)	-	452
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(71)	(9)
Plano FBPREV III (FBPREV III)	53.159	81.458
Plano Saúde (PAM, POD e PROMED)	(199.072)	(228.908)
Prêmio Aposentadoria	146.687	194.483
Total	713.948	910.526

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2021 e 2020 e de acordo com o IAS 19 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.486.513	1.464.479	15.920	182.808	381.458	199.072	146.687
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.031.504)	(1.206.243)	(20.121)	(215.382)	(328.299)	(530.942)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	455.009	258.236	(4.201)	(32.574)	53.159	(331.870)	146.687
Efeito do Teto de Ativo	-	-	4.201	32.503	-	132.798	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	455.009	258.236	-	(71)	53.159	(199.072)	146.687

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.754.779	1.561.554	19.062	178.207	427.271	228.908	194.483
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.198.494)	(1.254.789)	(18.618)	(186.180)	(345.834)	(512.738)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	556.285	306.765	444	(7.973)	81.437	(283.830)	194.483
Efeito do Teto de Ativo	-	-	8	7.964	21	54.922	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	556.285	306.765	452	(9)	81.458	(228.908)	194.483

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	1.754.779	1.561.554	19.062	178.207	427.271	228.908	194.483
Custo do Serviço Corrente Líquido	154	-	994	(245)	3	(615)	9.475
Contribuições de Participante Realizadas no Período	35.783	3.234	588	556	8	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	111.621	105.484	1.269	11.688	27.409	15.919	11.567
Benefícios Pagos no Período	(197.800)	(98.750)	(917)	(14.513)	(36.982)	(10.476)	(6.120)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(218.024)	(107.043)	(5.076)	7.115	(36.251)	(34.664)	(62.718)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.486.513	1.464.479	15.920	182.808	381.458	199.072	146.687

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	1.805.025	1.529.458	17.269	156.833	411.108	212.585	214.055
Custo do Serviço Corrente Líquido	(25)	-	1.206	346	3	362	10.353
Contribuições de Participante Realizadas no Período	36.694	3.217	581	651	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	120.453	103.874	1.199	10.694	27.706	14.599	13.562
Benefícios Pagos no Período	(171.226)	(89.991)	(764)	(11.556)	(33.398)	(9.430)	(33.148)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(36.142)	14.996	(429)	21.239	21.852	10.792	(10.339)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.754.779	1.561.554	19.062	178.207	427.271	228.908	194.483

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	(1.198.494)	(1.254.789)	(18.618)	(186.180)	(345.834)	(512.738)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	197.800	98.750	917	14.513	36.982	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(35.783)	(3.234)	(588)	(556)	(8)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(24.836)	(3.224)	(499)	(543)	(8)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(75.658)	(84.261)	(1.268)	(12.270)	(21.975)	(36.352)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	105.467	40.515	(65)	(30.346)	2.544	18.148	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(1.031.504)	(1.206.243)	(20.121)	(215.382)	(328.299)	(530.942)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	(1.334.081)	(1.276.649)	(19.566)	(168.710)	(342.081)	(461.283)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	171.226	89.991	764	11.556	33.398	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(36.694)	(3.217)	(581)	(651)	-	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(57.315)	(20.725)	(477)	(641)	(13.821)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(90.260)	(86.476)	(1.377)	(11.586)	(22.945)	(32.329)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	148.630	42.287	2.619	(16.148)	(385)	(19.126)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(1.198.494)	(1.254.789)	(18.618)	(186.180)	(345.834)	(512.738)	-

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	556.285	306.765	452	(9)	81.458	(228.908)	194.483
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	36.117	21.223	996	(287)	5.438	(17.154)	21.042
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(112.557)	(66.528)	(949)	768	(33.729)	57.466	(62.718)
Contribuições do Empregador	(24.836)	(3.224)	(499)	(543)	(8)	(10.476)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.120)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	455.009	258.236	-	(71)	53.159	(199.072)	146.687

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	470.944	252.809	(9)	(63)	69.027	(212.585)	214.055
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	30.168	17.398	1.188	282	4.764	(14.837)	23.915
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	112.488	57.283	(250)	413	21.488	7.944	(10.339)
Contribuições do Empregador	(57.315)	(20.725)	(477)	(641)	(13.821)	(9.430)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(33.148)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	556.285	306.765	452	(9)	81.458	(228.908)	194.483

Resultado do Exercício de 2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	154	-	994	(245)	3	(615)	9.475
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	111.621	105.484	1.269	11.688	27.409	15.919	11.567
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(75.658)	(84.261)	(1.268)	(12.270)	(21.975)	(36.352)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	1	540	1	3.894	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	36.117	21.223	996	(287)	5.438	(17.154)	21.042

Resultado do Exercício de 2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(25)	-	1.206	346	3	362	10.353
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	120.453	103.874	1.199	10.694	27.706	14.599	13.562
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(90.260)	(86.476)	(1.377)	(11.586)	(22.945)	(32.329)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	160	828	-	2.531	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	30.168	17.398	1.188	282	4.764	(14.837)	23.915

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Período de 2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	105.467	40.515	(65)	(30.346)	2.544	18.148	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(218.024)	(107.043)	(5.076)	7.115	(36.251)	(34.664)	(62.718)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	4.192	23.999	(22)	73.982	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(112.557)	(66.528)	(949)	768	(33.729)	57.466	(62.718)

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Período de 2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	148.630	42.287	2.619	(16.148)	(385)	(19.126)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(36.142)	14.996	(429)	21.239	21.852	10.792	(10.339)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	(2.440)	(4.678)	21	16.278	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	112.488	57.283	(250)	413	21.488	7.944	(10.339)

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	63	-	523	(211)	(9)	(617)	5.806
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	149.731	151.534	1.615	18.926	38.588	20.883	13.566
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(102.981)	(123.963)	(2.120)	(22.497)	(32.945)	(57.035)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	448	3.502	-	14.265	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	46.813	27.571	466	(280)	5.634	(22.504)	19.372

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	26.441	3.307	547	588	11	9.786	-
Contribuições do Participante	55.439	3.307	547	588	11	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	200.337	114.173	1.573	14.699	36.964	9.786	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	36.723

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente da Obrigação (VPO)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2022	200.337	114.173	1.573	14.699	36.964	9.786	36.723
2023	188.713	113.770	1.110	13.832	34.744	11.736	12.031
2024	184.246	113.282	1.091	13.555	33.897	12.151	12.212
2025	179.643	112.557	1.099	13.321	33.008	12.587	15.444
2026	174.625	111.589	1.082	13.072	32.073	13.039	13.714
2027 a 2031	791.138	537.188	5.427	62.300	145.023	84.515	47.440

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration, em anos	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
31/12/2021	9,67	12,35	11,08	12,85	10,42	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	12,45	17,27	8,51
31/12/2020	10,39	12,33	11,97	11,28	10,63	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	13,34	16,23	9,51

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	44	456	5.223	3.033	142	2.047	409	8.151	9.064
Assistidos	3.788	2.848	85	1.269	1.787	6.091	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.158	6.330	-
Total	3.832	3.304	5.308	4.302	1.929	8.138	3.567	14.481	9.064

Quantidade de Participantes em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	53	729	5.338	3.785	188	2.455	535	9.004	9.732
Assistidos	3.792	2.600	66	1.249	1.748	5.368	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.007	5.902	-
Total	3.845	3.329	5.404	5.034	1.936	7.823	3.542	14.906	9.732

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2021		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(58.126)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	62.632
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(42.291)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	47.016

Plano Saldado (PBS) - 31/12/2021		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(71.130)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	77.940
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(42.003)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	48.083

Plano FBPREV (FBPREV) - 31/12/2021		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(685)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	746
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(871)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	878

Plano FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2021		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(9.186)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.967
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(2.960)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.464

Plano FBPREV III (FBPREV III) - 31/12/2021		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(15.644)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	16.938
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(9.418)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	10.352

Plano Saúde - 31/12/2021		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(9.914)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	11.116
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.978)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.376

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2021		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(4.719)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	5.124
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(342)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	344

NOTA 37 - COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

(a) Compromissos para aquisição de ativos - o Banrisul não dispõe de compromissos para aquisição de ativos contratados na data do balanço, ainda não incorridos.

(b) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. Em 31 de março de 2022, o saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12 e artigo 12 da Lei nº 8.177/91, até a data do balanço totalizava R\$12.479.315 (31/12/2021 - R\$12.035.888), dos quais R\$10.112.837 (31/12/2021 - R\$10.112.837) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo anteriormente mencionado está registrado na rubrica Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento.

(c) O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	31/03/2022	31/12/2021
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	13.997.224	13.283.419
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	110.694	100.606
Fundos de Ações	328.032	335.830
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.652	10.731
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	8.445.343	6.034.960
Carteiras Administradas	477.519	464.244
Total	23.369.464	20.229.790

⁽¹⁾ As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

Os fundos de investimento administrados pelo Grupo Banrisul, cujos respectivos ativos são de propriedade de terceiros, são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, exceto os fundos de investimentos em que o Banrisul assume ou retém substancialmente riscos e benefícios. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

(d) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 169 grupos (169 em 31/12/2021) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, serviços e veículos que reúnem 76.900 consorciados ativos (75.312 em 31/12/2021).

NOTA 38 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul divulga apenas as transações mais relevantes.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e

processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banrisul, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste de preço apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que será diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do RS na data de 23 de julho de 2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

(ii) Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE G, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(iii) Coligadas: *(i)* Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; *(ii)* Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR, *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada e da Rio Grande Capitalização; e *(iii)* VG8JV Tecnologia S.A. - VG8JV, empresa que encerrou atividades em 22/04/2021, atuou sob o nome fantasia de VeroGo, oferecia solução integrada de pagamentos a centros de compras localizados em sua área de atuação, no território nacional;

(iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS, entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;

(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e

(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2022	31/12/2021	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(8.925.254)	(6.903.760)	(199.580)	(11.921)
Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-	160	-	-
Outros Ativos	43	31	8	9
Captações com Clientes	4.331	(1.021.381)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(476.696)	(5.863.743)	-	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(8.445.343)	(7.286)	(199.084)	(11.307)
Outros Passivos	(7.589)	(11.541)	(504)	(623)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(54.216)	(42.472)	(4.132)	(4.194)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(52.816)	(42.450)	-	-
Outros Passivos	(1.400)	(22)	(4.132)	(4.194)
Total	(8.979.470)	(6.946.232)	(203.712)	(16.115)

⁽¹⁾ Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	4.803	4.455
Remuneração	3.683	3.401
Encargos Sociais	1.120	1.054
Benefícios Pós-Emprego	130	120
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	130	120
Total	4.933	4.575

⁽¹⁾ O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$2.000.

Participação Acionária

Em 31 de março de 2022, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 3.493 ações, conforme Nota 26(a).

NOTA 39 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Diferenças de Gaaps Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS vs Demonstrações Financeiras Individuais em Bacen Gaap

Conforme Art. 11 da Resolução Bacen nº 4.818 de 2020, apresentamos abaixo as principais diferenças existentes entre os critérios, os procedimentos e as regras para identificação, classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações financeiras individuais em BacenGAAP. As principais diferenças encontram-se na tabela a seguir:

Demonstrações Financeiras Individuais	Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS
1 - Taxa Efetiva de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	
As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas <i>pro rata</i> dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados no contrato.	As receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua originação, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação sendo a receita contabilizada pela taxa de juros efetiva.
2 - Instrumentos Financeiros e Divulgação	
Os Títulos e Valores Mobiliários - TVM são classificados em 3 categorias: Títulos para Negociação, Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento, atendendo os critérios de contabilização conforme Circular nº 3.068/01 do Bacen. Os demais ativos financeiros do Banrisul são classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.	Os ativos e passivos financeiros são classificados nas categorias: Custo Amortizado, Valor justo por meio de outros resultados abrangentes e Valor justo por meio do resultado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de: O modelo de negócios no qual são administrados e a característica de seus fluxos de caixa (<i>Solely Payment of Principal and Interest Test - SSPI Test</i>).
3 - Provisão para Perda Esperada de Ativos Financeiros	
A provisão para perdas em operações de crédito é constituída a partir de modelos internos de risco que classificam as operações de acordo com os ratings previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN sobre os quais são aplicados os percentuais de provisão previstos para cada nível de <i>rating</i> .	A provisão é baseada em modelo de perda esperada (IFRS 9), onde todos os ativos financeiros, incluindo TVMs e limites de crédito concedidos são classificados em 3 estágios com a incorporação de cenários macroeconômicos e com base no tempo de vida do ativo. A avaliação do estágio é baseada no aumento significativo do risco de crédito comparado ao reconhecimento inicial. O método de apuração da provisão necessária é calculado de forma massificada ou individual a partir da Probabilidade de <i>Default</i> (PD) x percentual de perda quando ocorre o <i>default</i> (LGD) x exposição no momento da ocorrência do <i>default</i> (ED).
4 - Arrendamentos - IFRS 16	
A contraprestação dos contratos de aluguel dos bens de uso são contabilizados pelo fluxo mensal em despesas administrativas.	Os contratos de aluguel são considerados como arrendamento, principalmente de bens imóveis tendo, como objeto do contrato, locação imobiliária referente a instalação de suas agências para a realização de suas atividades operacionais. O ativo de direito de uso é reconhecido no imobilizado equivalente ao valor das contraprestações ajustadas a valor presente que são reconhecidas na rubrica Outros Passivos Financeiros. A apropriação mensal ocorre na amortização do direito de uso e o reconhecimento como Despesa de Juros.
5 - IR/CS Diferidos (apuração de tributos diferidos sobre os ajustes de GAAP)	
O crédito tributário ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras e na expectativa de realização em 10 anos.	São reconhecidos os efeitos tributários sobre os ajustes de GAAP realizados na conversão das demonstrações financeiras em IFRS. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos os impostos diferidos, cuja realização seja provável.
6 - Requerimentos específicos de divulgação em Notas Explicativas	
a) Operações de Crédito: Divulgação de nível de <i>rating</i> conforme determina a Resolução 2.682/99 CVM; e Os Riscos de Crédito, Liquidez e Mercado são divulgados de forma discursiva.	a) Operações de Crédito: Divulgação de acordo com o IFRS 9, por estágios; e Os Riscos de Crédito, Liquidez e Mercado são divulgados com maior grandeza de informações.
b) Segmentos de Negócios: Não Requerido	b) Segmentos de Negócios: Abertura de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem os efeitos financeiros das atividades de negócio nas quais se envolve e os ambientes econômicos que opera.

Apresentamos a seguir os ajustes de Gaap. As indicações contidas remetem a tabela anterior:

Balanco Patrimonial	31/03/2022			31/12/2021		
	BRGAAP	Ajustes	IFRS	BRGAAP	Ajustes	IFRS
Ativos Totais	82.257.167	362.061	82.619.228	79.774.611	401.577	80.176.188
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	76.320.246	71.773	76.392.019	74.076.856	137.733	74.214.589
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽³⁾	8.154.044	(56)	8.153.988	5.845.434	(1.136)	5.844.298
Títulos e Valores Mobiliários ^{(2) (3)}	28.371.013	(23.175)	28.347.838	29.788.639	(22.023)	29.766.616
Operações de Crédito ^{(1) (3)}	42.407.180	94.673	42.501.853	41.072.596	85.098	41.157.694
(Operações de Crédito) ^{(1) (3)}	(2.611.991)	331	(2.611.660)	(2.629.813)	75.794	(2.554.019)
Outros Ativos ⁽⁴⁾	1.366.298	726	1.367.024	1.354.146	924	1.355.070
Ativos Fiscais (Diferidos) ⁽⁵⁾	3.357.937	9.978	3.367.915	3.125.439	(27.202)	3.098.237
Imobilizado de Uso ⁽⁴⁾	475.488	279.795	755.283	476.867	290.273	767.140
Intangível ⁽⁴⁾	737.198	(211)	736.987	741.303	(151)	741.152
Passivos Totais	8.183.976	367.487	8.551.463	9.414.977	361.562	9.776.539
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	8.169.021	262.395	8.431.416	7.437.387	276.970	7.714.357
Outros Passivos Financeiros ⁽⁴⁾	8.169.021	262.395	8.431.416	7.437.387	276.970	7.714.357
Provisão para Perda Esperada ⁽³⁾	14.955	105.092	120.047	19.322	92.263	111.585
Compromissos de Empréstimos	1.971	107.224	109.195	584	92.744	93.328
Garantias Financeiras	12.984	(2.132)	10.852	18.738	(481)	18.257
Outros Passivos ⁽⁴⁾	-	-	-	1.958.268	(7.671)	1.950.597
Patrimônio Líquido	8.996.947	(5.426)	8.991.521	9.048.583	40.015	9.088.598

Demonstração do Resultado	1º Trim/2022			1º Trim/2021		
	BRGAAP	Ajustes	IFRS	BRGAAP	Ajustes	IFRS
Receita com Juros e Similares ⁽¹⁾	2.696.070	9.575	2.705.645	1.577.482	(6.121)	1.571.361
Despesas com Juros e Similares ⁽⁴⁾	(1.389.203)	(737)	(1.389.940)	(881.529)	1.736	(879.793)
Receita Líquida com Juros e Similares	1.306.867	8.838	1.315.705	695.953	(4.385)	691.568
Perdas com Ativos Financeiros (<i>Impairment</i>) ⁽³⁾	(152.263)	(88.364)	(240.627)	(80.872)	(75.245)	(156.117)
Perdas com Operações de Crédito	(156.630)	(75.463)	(232.093)	(81.186)	(60.476)	(141.662)
Perda Esperada com Demais Ativos Financeiros	4.367	(12.901)	(8.534)	314	(14.769)	(14.455)
Outras Despesas Administrativas ⁽⁴⁾	(382.917)	(3.095)	(386.012)	(358.084)	103	(357.981)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	143.755	(82.621)	61.134	393.317	(79.527)	313.790
Imposto de Renda e Contribuição sobre o Lucro ⁽⁵⁾	20.501	37.180	57.681	(114.310)	35.787	(78.523)
Lucro Líquido do Período	164.256	(45.441)	118.815	279.007	(43.740)	235.267

b) Efeitos da Pandemia da Covid-19 nas Demonstrações Financeiras

O cenário de crise gerado pela pandemia da Covid-19 vem apresentando melhoras nesse primeiro trimestre de 2022, após 2 anos de um ambiente de incertezas, turbulências e desafios no mercado financeiro global. Devido às medidas adotadas para reduzir o contágio do vírus, sobretudo, as medidas de distanciamento social e o elevado contingente da população vacinada, enquanto toda a cadeia produtiva afetada desde o início de 2020 marcha para uma recuperação de sua capacidade econômica e financeira. Neste ambiente de retomada, cabe destacar a imprevisibilidade dos acontecimentos, considerando possíveis variantes do coronavírus e a sua velocidade de disseminação.

As autoridades mantêm o estado de alerta em diversas regiões do Brasil e do Mundo devido ao aparecimento de novas variantes do coronavírus, dando atenção, principalmente, àquelas que apresentam alto contágio. As medidas tomadas pelos órgãos internacionais, bem como pelo CMN e o Bacen, para reduzir os efeitos econômicos negativos da pandemia foram extremamente importantes para conter esta crise mundial.

O desenvolvimento e a oferta de inúmeras soluções de crédito para os clientes em função das novas necessidades econômicas, juntamente com as medidas do Bacen para minimizar os efeitos da Covid-19 no Sistema Financeiro Nacional e na sociedade e, ainda, as políticas e medidas do governo para conter as consequências da pandemia no Brasil, foram algumas das ações tomadas com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia durante os últimos 2 anos. Desta forma, cabe destacar que o Balanço Patrimonial do Banrisul permanece repercutindo as consequências da pandemia, com destaque para os seguintes itens:

- ✓ Operações de Crédito: observou-se aumento na demanda por crédito e melhora na qualidade creditícia, que impactou inclusive na redução dos índices de inadimplência. Na pessoa jurídica, observou-se aumento na demanda, especialmente em função da retomada da atividade econômica nos principais segmentos da economia. Já na pessoa física, a estimativa de a redução gradual do nível de desemprego

tende a auxiliar a capacidade de pagamento das famílias, deve ajudar na capacidade de pagamento das famílias;

- ✓ Captações: acredita-se que a busca por segurança influencia positivamente a liquidez da Instituição, gerando aumento na captação de recursos dos clientes. Em linha com os demais agentes financeiros, o Banrisul continua apresentando níveis confortáveis de liquidez e pulverização em sua estrutura de *funding*; e
- ✓ Provisões Cíveis e Trabalhistas: especificamente com relação às ações cíveis, espera-se observar aumento de revisionais de contratos de operações de crédito e também de ações que envolvem dificuldades no atendimento aos clientes. Também é esperada a ocorrência de ações trabalhistas sob alegação de inconformidades com a legislação laboral em regime de trabalho remoto.

Neste período, o Banrisul assegurou a manutenção das suas atividades e adotou ações para minimizar a exposição de clientes e colaboradores ao contágio, adequando desde as políticas de crédito até as rotinas operacionais. A instituição mantém seus acionistas e o mercado devidamente informados das condutas adotadas diante do atual cenário.

Em relação às políticas de crédito, o Banrisul se comprometeu com a ágil disponibilização de produtos e serviços para mitigar os impactos da pandemia.

Todas as exposições a risco de taxas de juros nas carteiras de negociação e de não negociação seguem sendo acompanhadas, com o objetivo de monitorar e antecipar qualquer impacto de oscilações nas taxas de juros e seus possíveis impactos em diferentes horizontes de tempo.

Em relação às rotinas operacionais, dentre as principais medidas tomadas pelo Banrisul ao longo deste período de pandemia, destacam-se:

- ✓ Retorno gradual ao trabalho presencial, observando protocolos de prevenção à contaminação por Covid-19 e com medidas de comunicação e afastamento imediato em casos de suspeita ou confirmação da infecção;
- ✓ Ampla divulgação dos canais de autoatendimento: com tutoriais de acesso aos serviços, fomentando a utilização destes canais e disponibilização de atendimento pelas redes sociais;
- ✓ Adoção de medidas extras de higienização e disponibilização de EPIs aos empregados;
- ✓ Contratação de assessoria técnica do Hospital Moinhos de Vento para auxiliar na definição de protocolos de prevenção e para prestar serviço de telemedicina para atendimento de colaboradores que apresentem sintomas de Covid-19, bem como aos colaboradores que testarem positivo para o vírus;
- ✓ Estabelecimento de protocolos rígidos de limpeza dos ambientes por onde circularam os colaboradores com casos suspeitos e/ou confirmados de contaminação; e
- ✓ Confeção de material para orientação dos colaboradores quanto à ergonomia durante o trabalho remoto e quanto à manutenção de sistema e segurança da informação durante este período.

A estrutura de gestão de capital e de riscos do Banrisul têm, entre os seus objetivos, garantir a conformidade dos limites operacionais estabelecidos pelo regulador e pelo Banco. Neste escopo, além das atividades da Instituição, são monitorados os cenários econômicos nacionais e internacionais, bem como da evolução da pandemia causada pela Covid-19. A partir dessas atividades de acompanhamento, os impactos da pandemia vem sendo identificados, onde são observados os reflexos da crise e a efetividade das medidas mitigatórias aplicadas. Desta forma, é necessária a manutenção do acompanhamento das alterações regulatórias, do mercado e da evolução da crise causada pelo coronavírus, para que o Banrisul se posicione e siga tomando as medidas necessárias para o enfrentamento de possíveis situações críticas.

c) Efeitos da Guerra no Leste Europeu nas Demonstrações Financeiras Intermediárias

O Banrisul, em virtude da Guerra que vem ocorrendo no leste europeu, informa que não tem clientes e/ou negócios envolvendo os países em conflito, que continuará monitorando os impactos econômicos e até o momento não foi identificado nenhum impacto nas operações do Banrisul.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

CLÁUDIO COUTINHO MENDES
Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente

CLAÍSE MÜLLER RAUBER
FERNANDO POSTAL
JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
MARCUS VINÍCIUS FEIJÓ STAFFEN
MARIVANIA GHISLENI FONTANA
OSVALDO LOBO PIRES
WAGNER LENHART
Diretores

Conselho de Administração

JORGE LUIS TONETTO
Presidente

CLÁUDIO COUTINHO MENDES
Vice-Presidente

ADRIANO CIVES SEABRA
EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO RODRIGUES MACLUF
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JOÃO VERNER JUENEMANN
MÁRCIO GOMES PINTO GARCIA
MÁRCIO KAISER
RAFAEL ANDREAS WEBER
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

